



Câmara Municipal de Jaguariúna

SECRETARIA



Processo Nº 138 Exercício de: 2018

ASSUNTO: Projeto de Lei nº 073/18 - Estima a Receita e
fixa a Despesa do Município, do Serviço de Água e
Esgoto - SAE e do Fundo Especial de Previdência Social
dos Servidores Públicos - RPPS, para o exercício de 2019.

Nome: Executivo Municipal

APROVADO EM 12 DISCUSSÃO
em Sessão de 24/12/2018
[Signature]
PRESIDENTE

APROVADO EM 25 DISCUSSÃO
em Sessão de 24/12/2018
[Signature]
PRESIDENTE

AUTUAÇÃO

Aos _____ dias do mês _____ de 20____, nesta cidade de Jaguariúna,
na Secretaria da Câmara Municipal, autuo o processo acima referido como adiante se vê.
Do que para constar, faço este termo.

Eu, _____, Secretário, a subscrevi



Anexo 2

Consolidado por Natureza da Despesa Sintético
Exercício de 2019

Natureza		Elemento de	Modalidade de	Grupo de Nat.	Categoria
Despesa	Especificação	Despesa	Aplicação	Despesa	Econômica
300000	DESPESAS CORRENTES				353.421.475,18
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			145.812.573,87	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS		127.034.702,64		
319001	APOSENTADORIAS E REFORMAS	4.099.648,16			
319003	PENSÕES	1.220.000,00			
319005	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	3.051.000,00			
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	112.270.118,69			
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	6.389.635,79			
319094	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	4.300,00			
319100	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		18.777.871,23		
319111	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	433.760,00			
319113	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	18.344.111,23			
320000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			500.000,00	
329000	APLICAÇÕES DIRETAS		500.000,00		
329021	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	500.000,00			
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			207.108.901,31	
333000	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL		100,00		
333036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		100,00		
335000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		10.458.812,00		
335039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.458.712,00			
335043	SUBVENÇÕES SOCIAIS		100,00		
336000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		100,00		
36041	CONTRIBUIÇÕES		100,00		
337000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		9.140.000,00		
337041	CONTRIBUIÇÕES	9.140.000,00			
337100	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		1.154.116,44		
337141	CONTRIBUIÇÕES - TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	1.154.116,44			
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		186.355.772,87		
339014	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	113.597,01			
339030	MATERIAL DE CONSUMO	34.446.763,19			
339032	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	3.103.100,00			
339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.950.900,00			
339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	127.737.772,67			
339046	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	4.647.440,00			
339047	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	3.900.200,00			

J



Anexo 2

Consolidado por Natureza da Despesa Sintético
Exercício de 2019

Natureza		Elemento de	Modalidade de	Grupo de Nat.	Categoria
Despesa	Especificação	Despesa	Aplicação	Despesa	Econômica
339048	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	1.605.000,00			
339091	SENTENÇAS JUDICIAIS	3.500.000,00			
339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	150.000,00			
339093	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	201.000,00			
400000	DESPESAS DE CAPITAL				46.591.759,82
440000	INVESTIMENTOS			42.591.759,82	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS		42.591.759,82		
449051	OBRAS E INSTALAÇÕES	39.094.847,79			
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.294.912,03			
449061	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	202.000,00			
460000	AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA			4.000.000,00	
469000	APLICAÇÕES DIRETAS		4.000.000,00		
469071	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	4.000.000,00			
900000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				40.290.000,00
990000	RESERVA DE CONTINGENCIA			40.290.000,00	
999900	RESERVA DE CONTINGENCIA		40.290.000,00		
999999	RESERVA DE CONTINGENCIA	40.290.000,00			

Total das Categorias:

440.303.235,00

<u>RESUMO</u>	
TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS :	440.303.235,00
TOTAL DOS REPASSES CONCEDIDOS :	5.810.000,00
TOTAL GERAL	446.113.235,00



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13910-027 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856
Jaguariúna- SP



Ofício DER-nº 118/2018.

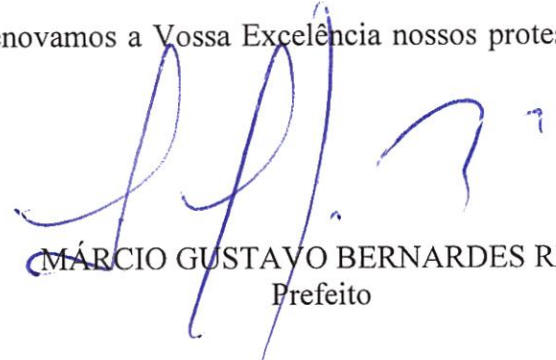
Jaguariúna, aos 27 de setembro de 2018.

Senhor Presidente:

Por intermédio do presente, nos termos do § 3º, do art. 99-A, da Lei Orgânica do Município, submetemos à elevada consideração dessa Colenda Câmara de Vereadores, almejando deliberação a respeito, o PROJETO DE LEI, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2019.

Tal peça orçamentária foi elaborada com estrita observância à Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que preceitua regras de direito financeiro para confecção dos orçamentos dos Municípios.

Na ausência de outro particular, renovamos a Vossa Excelência nossos protestos de alto e distinto apreço.


MÁRCIO GUSTAVO BERNARDES REIS
Prefeito

PROTOCOLO
Nº de Ordem <u>1.517</u>
Fls. Nº <u>079</u> Livro Nº <u>037</u>
<u>28/09/18</u> <u>Camilo</u> Secretária

LIDO EM SESSÃO
DE 02/10/18
[Handwritten Signature]
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor
VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
DD. Presidente da Câmara Municipal
NESTA



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Jaguariúna, 3 de outubro de 2018

Ofício n.º 807/2018.-PRE

Senhor Presidente

Passamos às mãos de Vossa Excelência para parecer dessa digna Comissão, o **Projeto de Lei nº 073/2018, do Executivo Municipal**, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2019, lido em Sessão Ordinária realizada aos 2 de outubro do corrente, por esta Edilidade.

Limitados ao exposto, apresentamos a Vossa Excelência os nossos reais protestos de elevada estima e distintíssima consideração.


VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Ao Senhor
Vereador Afonso Lopes da Silva
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Jaguariúna – S.P.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Jaguariúna, 29 de outubro de 2018

Ao Senhor

Vereador Romilson Nascimento Silva

Presidente da Câmara Municipal

Jaguariúna – S.P.

Senhor Presidente

Solicitamos de Vossa Excelência a convocação de Audiência Pública para análise do **Projeto de Lei nº 073/2018, do Executivo Municipal**, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2019, se possível na data de **22 de novembro** corrente, quarta-feira, às 18h30, no Plenário da Câmara Municipal.

Limitados ao exposto, apresentamos a Vossa Excelência os nossos reais protestos de elevada estima e distintíssima consideração.

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade

PROTOCOLO	
Nº de Ordem	1700
Fls. Nº	097 Livro Nº 037
30/10/2018	
SECRETARIA	



Câmara Municipal de Jaguariuna

Estado de São Paulo



EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 028/2018 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2018

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariuna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 48, Parágrafo Único), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 008/2018, a ocorrer no dia **22 de novembro de 2018 (quinta-feira)**, às **18h30** na **Sala das Sessões desta Câmara Municipal**.

- **Projeto de Lei nº 073/2018, do Executivo Municipal**, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2019.

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Presidência da Câmara Municipal de Jaguariuna, em 30 de outubro de 2018


VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente



Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.


ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



172

PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 028/2018 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2018

ROMILSON NASCIMENTO SILVA,
Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 48, Parágrafo Único), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 008/2018, a ocorrer no dia 22 de novembro de 2018 (quinta-feira), às 18h30 na Sala das Sessões desta Câmara Municipal.

• Projeto de Lei nº 073/2018, do Executivo Municipal, que estima a **RECEITA** e fixa a **DESPESA** do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social

dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2019.

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, em 30 de outubro de 2018

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

EDITAL DE COMUNICAÇÃO Nº 027/2018.-

ROMILSON NASCIMENTO SILVA,
Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, nos termos do artigo 49 da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, cc artigo 31 da Constituição Federal, e especialmente o art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal),

COMUNICA que serão apreciados na 25ª Sessão Ordinária, a ser realizada em 6 de novembro de 2018, às 18h30, nesta Câmara Municipal, os seguintes processos:

• Processo CM nº 048/2017, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que dispõe sobre a prestação de contas do Município de Jaguariúna referentes ao exercício financeiro de 2014 – TC – 0455/026/2014 (Responsável: Prefeito Tarcisio Cleto Chiavegato);

• Processo CM nº 119/2017, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que dispõe sobre a prestação das contas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, referentes ao exercício de 2012 – TC – 1914/026/2012 (Responsável: Prefeito



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Jaguariúna, 30 de outubro de 2018

À Senhora
Cristina Aparecida Rossi Serra
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Jaguariúna – S.P.

Prezada Senhora

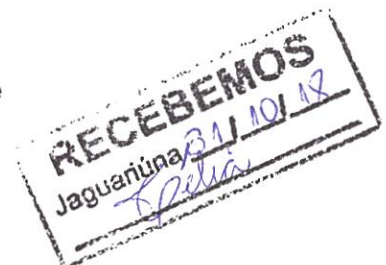
Tendo em vista Vossa Senhoria estar diretamente relacionado à formulação do **Projeto de Lei nº 073/2018, do Executivo Municipal**, que estima a RECEITA e fica a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2019, tem esta a finalidade especial de **CONVIDAR** Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública que ocorrerá no próximo dia **22 de novembro de 2018 (quinta-feira), às 18h30, no Plenário da Câmara Municipal.**

Solicitamos, se assim Vossa Senhoria achar conveniente, que sejam enviados técnicos dessa Secretaria que possam discorrer sobre referido projeto, esclarecendo-nos sobre as dúvidas que certamente surgirão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria nossas manifestações de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



10 de Novembro de 2018

IMPrensa Oficial do Município de Jaguariúna

PODER EXECUTIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

egregio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre o Processo TC nº 000455/026/14 e, assim sendo, fica aprovada a prestação de contas anual da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, relativa ao exercício financeiro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 7 de novembro de 2018

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA

Presidente

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

DECRETO LEGISLATIVO Nº 295

(Autoria: Vereador Afonso Lopes da Silva – PPS)

Aprova a prestação de contas anuais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, relativa ao exercício financeiro de 2012.

Considerando o relatório emitido pelo Relator Especial designado, recomendando ao Plenário o acatamento do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado e a aprovação total das contas do Poder

Executivo Municipal, exercício de 2012;

Considerando ainda, o que dispõem o art. 31, § 2º da Constituição Federal e o art. 49, § 3º, da Lei Orgânica do Município.

O VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica acolhido o parecer prévio emitido pelo egregio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre o Processo TC nº 0001914/026/12 e, assim sendo, fica aprovada a prestação de contas anual da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, relativa ao exercício financeiro de 2012.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 7 de novembro de 2018

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2018 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2018

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 48, Parágrafo Único), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 008/2018, a ocorrer no dia 22 de novembro de 2018 (quinta-feira), às 18h30 na Sala das Sessões desta Câmara Municipal.

Projeto de Lei nº 073/2018, do Executivo Municipal, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2019.

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, em 30 de outubro de 2018

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Art. 2º. Revogam-se as disposições em cont

Câmara Municipal de Jaguariúna, 18

ROMILSON NASCIMENTO SILVA

secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara

Em Segur

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI

Diretora Geral

1. do Executivo Municipal, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2019.

2. Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, em 30 de outubro de 2018

3. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 7 de novembro de 2018

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

1. do Executivo Municipal, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2019.

2. Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, em 30 de outubro de 2018

3. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 7 de novembro de 2018

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

1. do Executivo Municipal, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2019.

2. Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, em 30 de outubro de 2018

3. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 7 de novembro de 2018

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

1. do Executivo Municipal, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2019.

2. Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, em 30 de outubro de 2018

3. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 7 de novembro de 2018

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

Projeto de Lei nº 073/2018, do Executivo Municipal, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2019.



10 de Novembro de 2018

IMPRESA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

PODER EXECUTIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 001/2018
TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO.
PROCESSO ADM Nº: 001/2018

A Câmara Municipal de Jaguariúna através de seu Representante Legal e considerando ser de interesse público, **HOMOLOGA** a decisão da Pregoeira instruída pela Portaria n.º 052/2018, referente ao Pregão Presencial em epígrafe, onde adjudicou no dia 26 de outubro de 2018 a empresa **E.L. GARCIA EPP**, inscrita no CNPJ de n.º 04.109.386/0001-25, com sede a Rua Irio Giardelli, n.º 47, salas 408 e 409, Condomínio Vértice - Bairro Paqueta - Valinhos/SP, CEP: 13.271-565 como vencedora no referido Pregão Presencial, com melhor preço global de R\$ 22.296,00 (Vinte e dois mil, duzentos e noventa e seis reais), tendo como objeto a Contratação para Serviço Especializado em Rede de Transporte de Dados - D2 (dois) Links de dados (Banda Larga) com cabeamento de FIBRA ÓPTICA, sendo um dedicado de 100 (cem) Mbps Simétrico e outro não dedicado de 60 (sessenta) Mbps, visando atender as necessidades de acesso a internet pela Câmara Municipal de Jaguariúna.

Dê-se ciência a empresa vencedora e aos interessados, observando prescrições legais pertinentes.

Registre-se; Publique-se e cumpra-se
Jaguariúna, 29 de outubro de 2018.

Vereador Romilson Nascimento Silva
Presidente

Arquivado no Departamento de Contas, Estatística, Controle e Patrimônio e afilhado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

Rosângela Moreira de Santana Ribeiro
Pregoeira

Convite

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA para estudos do Projeto de Lei nº 073/2018, do Executivo Municipal, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto - SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos - RPPS, para o exercício de 2018, que ocorrerá no próximo dia 22 de novembro de 2018, quinta-feira, às 18h30, no Plenário da Câmara Municipal.
Câmara Municipal de Jaguariúna, outubro de 2018

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

DECRETO LEGISLATIVO Nº 294
(Autoria: Vereador Luiz Carlos de Campos - PTB)

Aprova a prestação de contas anuais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, relativa ao exercício financeiro de 2014.

Considerando o parecer emitido pelo Relator Especial Designado, recomendando ao Plenário a rejeição do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado e a aprovação total das contas do Poder Executivo Municipal, exercício de 2014;

Considerando o resultado da votação em Plenário, na sessão realizada em 06 de novembro de 2018, que

egregio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre o Processo TC nº 000455/026/14 e, assim sendo, fica aprovada a prestação de contas anual da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, relativa ao exercício financeiro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário. Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 7 de novembro de 2018

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

DECRETO LEGISLATIVO Nº 295
(Autoria: Vereador Afonso Lopes da Silva - PPS)

Aprova a prestação de contas anuais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, relativa ao exercício financeiro de 2012.

Considerando o relatório emitido pelo Relator Especial designado, recomendando ao Plenário o acatamento do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado e a aprovação total das contas do Poder Executivo Municipal, exercício de 2012;

Considerando ainda, o que dispõem o art. 31, § 2º da Constituição Federal e o art. 49, § 3º, da Lei do Município,

Art. 3º. Revogam-se as disposições em Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 10 de novembro de 2018

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

DECRETO LEGISLATIVO Nº 296
(Autoria: Vereador David Hilário Neto - PTB)

Aprova a prestação de contas anuais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, relativa ao exercício financeiro de 2015.

Considerando o relatório emitido pelo Relator Especial Designado, recomendando ao Plenário o acatamento do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado e a aprovação total das contas do Poder Executivo Municipal, exercício de 2015;

Considerando ainda, o que dispõem o art. 31, § 2º da Constituição Federal e o art. 49, § 3º, da Lei do Município,

O VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica acolhido o parecer prévio emitido pelo egregio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre o Processo TC nº 0002547/026/15 e, assim sendo, fica aprovada a prestação de contas anual da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, relativo ao exercício financeiro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário. Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 10 de novembro de 2018

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 028/2018
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2018

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução 060/1991 - Regimento Interno (artigo 71, inciso II) na Lei 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 48, Parágrafo Único), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 008/2018, a ocorrer no dia 22 de novembro de 2018 (quinta-feira), às 18h30, na Sala das Sessões desta Câmara Municipal.

Projeto de Lei nº 073/2018, do



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

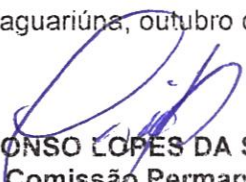


COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida para a **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para estudos do **Projeto de Lei nº 073/2018, do Executivo Municipal**, que estima a RECEITA e fica a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2019, que ocorrerá no próximo dia **22 de novembro de 2018, quinta-feira, às 18h30, no Plenário da Câmara Municipal.**

Câmara Municipal de Jaguariúna, outubro de 2018


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade



Ao Senhor Vereador
Afonso Lopes da Silva
Nesta

À Senhora Vereadora
Taís Camellini Esteves
Nesta

Ao Senhor Vereador
Alfredo Chiavegato Neto
Nesta

Ao Senhor Vereador
Walter Luís Tozzi de Camargo
Nesta

Ao Senhor Vereador
Ângelo Roberto Torres
Nesta

Ao
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais
13820000- Jaguariúna SP

À Senhora Vereadora
Cássia Murer Montagner
Nesta

Ao
Departamento de Comunicação
Nesta

Ao Senhor Vereador
Cristiano José Cecon
Nesta

Ao Senhor
José Renato de Almeida Chaves Filho
Secretaria de Segurança Pública
Nesta

Ao Senhor Vereador
David Hilário Neto
Nesta

Ao Senhor
Valdir de Oliveira
Secretário de Desenv. Econômico e Social
Nesta

À Senhora Vereadora
Inalda Lúcio B. Santana
Nesta

À Senhora
Rita de Cássia Siste Bergamasco
Secretária Municipal de Meio Ambiente
Nesta

Ao Senhor Vereador
José Muniz
Nesta

Ao
Conselho Municipal de Saúde
Nesta

Ao Senhor Vereador
Luiz Carlos de Campos
Nesta

Ao
Conselho Mun.Dir.Criança e do Adolescente
Nesta

Ao Senhor Vereador
Rodrigo da Silva Blanco
Nesta

Ao
Jornal de Jaguariúna – JJ
Travessa Joaquim Alves Barbosa, 95
VI Boa Esperança
Santo Antonio de Posse/SP
13830-000

Ao Senhor Vereador
Romilson Nascimento Silva
Nesta

Ao
Jornal Gazeta Regional
Jaguariúna/SP

Ao
Conselho Tutelar de Jaguariúna
Nesta

Ao
Cons.Mun. de Defesa do Meio Ambiente -
Nesta

Ao Senhor
Lucas Gabriel Lopes
Secretária de Obras e Serviços
Nesta

Ao Senhor
Rômulo Augusto Arsufi Vigatto
Secretário Municipal de Planejamento Urbano
Nesta

À Senhora
Andréa Dias Lizun Bergamasco
Secretária de Assistência Social
Nesta

À Senhora
Maria das Graças Hansen Albaran Santos
Secretária de Turismo e Cultura
Nesta

À Senhora
Cristina Pinto Catão B. Hosikawa
Secretária de Educação
Nesta

À Senhora
Cristina Ap. Rossi Serra
Secretária de Governo e Finanças
Nesta

Ao Senhor
Valdir Parisi
Secretário de Governo
Nesta

Ao Senhor
Rafael da Silva Blanco
Secretário de Esportes e Lazer
Nesta

À
Rádio FM Estrela
Av. Marginal, 600 - Centro
13820-000 – Jaguariúna/SP

Ao Senhor
Fabiano Augusto Rodrigues Urbano
Secretário de Negócios Jurídicos
Nesta

À Senhora
Maria Emilia Peçanha de Oliveira Silva
Secretária de Gabinete
Nesta

À Senhora
Maria do Carmo de Oliveira Pelisão
Secretária de Saúde
Nesta

À Senhora
Flora Maria Bernardes Reis
Presidente do Fundo Social de Solidariedade
Nesta

Ao
Conselho Municipal de Educação
13820-000 – Jaguariúna – SP

Ao Senhor
Marcos Cezar Terin Viotto
Presidente do
Conselho Comunitário de Segurança
Nesta



Ao Senhor
Sargento Antonio Araújo Cavalcante
Comandante do Dest. da Polícia Militar
Nesta

À Sua Excelência o Senhor
Márcio Gustavo Bernardes Reis
Prefeito Municipal
Nesta

À Senhora
Rita de Cássia Siste Bergamasco
Vice Prefeita
Nesta

Ao Senhor
Josino José da Silva
Secretário de Mobilidade Urbana
Jaguariúna/SP.

À Sua Excelência o Senhor
Dr. Sergio Luís Caldas Spina
Promotor de Justiça
Jaguariúna/SP.

À Senhora
Dra. Flávia Travaglini Zulian
Promotora de Justiça
Jaguariúna/SP.

À
Rádio Nova Sertaneja
R: Amapá, 43 – Centro
13820-000 – Jaguariúna/SP

A Senhora
Juliana Belinatti Menardo
Delegada Titular de Jaguariúna
Nesta

À
APAE – Assoc. Pais Amigos Excepcionais
R: Amazonas, 1296- Mauá I
Nesta

À
Associação Amigos do Padre Gomes
Rua Cel. Amâncio Bueno, 473- Centro
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Wilson Melilo
Pres. do Centro Equoterapia de Jaguariúna
Cx Postal 62
13820-000 Jaguariúna SP.

À Senhora
Dra. Renata Stela Quirino Malachias
Dir. Pres. Associação Santa Maria de Saúde-
ASAMAS -Hospital "Walter Ferrari"
13820-000 Jaguariúna SP.

À
Superintendência Técnica da Associação
Santa Maria de Saúde - ASAMAS –
R: Amazonas, 08- Dom Bosco
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Manoel Alberto Barreiros Azevedo
Superintendente Admin. e Financeiro da
Associação Santa Maria de Saúde- ASAMAS
13820-000 Jaguariúna SP.

À Sua Excelência a Senhora
Dra. Ana Paula Colabono Arias
Juíza da 2ª Vara da Comarca de
Jaguariúna/SP.

À Sua Excelência o Senhor
Dr. Marcelo Forli Fortuna
Juíz da 1ª Vara da Comarca
Jaguariúna/SP.

À Senhora
Elizete Moura
Diretora do Ofício Judicial-
Fórum de Jaguariúna
13820-000 Jaguariúna SP.

À Senhora
Maria do Carmo Santiago Leite
Presidente da OAB de Jaguariúna
R: Joaquim Bueno 1273 Centro
13820-000 – Jaguariúna – SP

Ao Senhor
Prof. Dr. Ricardo Jorge Tannus
Diretor Geral FAJ - Faculdade de Jaguariúna
R. Amazonas, 504 – Br. Dom Bosco
13820-000 – Jaguariúna/SP.

Ao Senhor
Flávio Fernandes Pacetta
Diretor da FAJ- Faculdade de Jaguariúna
R: Amazonas, 504
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Beniamino Fábio Di Gióia
Diretor da Escola SENAI
Rua Anésia Venturini Zani, 62 - Centro
13820-000 – Jaguariúna/SP.

À Senhora
Zaira Palermo Bodini
Representante do Centro de Prof. Paulista
R. Cândido Bueno, 1073 – Aptº 22 - Centro
13820-000 – Jaguariúna/SP.

Ao Senhor
José Luciano de Souza
Pres. AJJA- Assoc. Jaguariunense de Jovens
Aprendizes e Presidente Rotary Club
R: Rio Grande do Sul, 488- Jardim Sonia
13820-000 Jaguariúna S.P.

Ao Senhor
Paul Van Opstal
Pres. Do Projeto Lar Feliz
Estância Recanto Alvorada-Br. Borda da Mata
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Dr. Elmir Kalil Abi Chedid
Dir.Estâncias Metrópolis Turismo e Viação
Ltda e da Expresso Met. e Viagens Ltda.
Rua Testa, 280 – Jd. São Sebastião
13.820-000 - Jaguariúna – S.P.

Ao Senhor
Reinaldo Vitorio Chiavegato
Pres. da ACIJ- Associação Comercial
Industrial de Jaguariúna
R: Julia Bueno, 651 - Centro
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Wilson Roberto Pezzo
Pres. APAE- Assoc. Pais Amigos dos Excepcionais
R: Amazonas, 1296- Mauá I
13820-000 Jaguariúna SP.

À
Associação de Engenheiros, Arquitetos e
Agrônomos de Jaguariúna – AEAAJ.
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Tomaz de Aquino Pires
Coordenador da Casa da Memória
Padre Antonio Joaquim Gomes
Nesta



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



14 de Novembro de 2018

14 DE NOVEMBRO DE 2018



Cadastro Municipal 04-0359-0147, L & C

PARTICIPAÇÕES LTDA - Notificação

prazo improrrogável de 10 (dez) dias

na de 2018

PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL

Convite

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilida-

de, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA para estudos do Projeto de Lei nº 073/2018, do Executivo Municipal, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto - SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos

Servidores Públicos - RPPS, para o exercício de 2018, que ocorrerá no próximo dia 22 de novembro de 2018, quinta-feira, às 18h30, no Plenário da Câmara Municipal. Câmara Municipal de Jaguariúna, outubro de 2018

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

para as próximas reuniões, assinadas, com Dr. Raychel, converse : "Demonstração 21/11 - 9h - importância de manter a frequência física na prevenção e tratamento controle de diabetes", com Dra. Patricia



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



PAUTA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ESTUDOS DO PROJETO DE LEI 073/2018, DO EXECUTIVO MUNICIPAL, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO, DO SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO – SAE E DO FUNDO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS – RPPS, PARA O EXERCÍCIO DE 2019, REALIZADA AOS 22 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 18H30, NA SALA DE SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.

- O Sr. Presidente da Câmara Municipal faz a abertura da Audiência Pública e passa os trabalhos da Mesa para a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, na pessoa do Sr. Presidente, Vereador Afonso Lopes da Silva, que convida os demais Vereadores Membros da Comissão para fazerem parte da Mesa, sendo os Srs. Cristiano José Cecon, Vice-Presidente e Luiz Carlos de Campos, Secretário; convidou, ainda, a Sra. Cristina Aparecida Rossi Serra Secretária Municipal de Administração e Finanças e que fará explanações a respeito do projeto.
- O Sr. Presidente explica o procedimento para a realização da referida Audiência:
 - Será feita a leitura do Projeto;
 - A Secretária de Administração e Finanças terá vinte minutos para fazer a explanação a respeito do Projeto de Lei – LOA;
 - os Vereadores poderão usar a palavra por cinco minutos, na tribuna, tendo a Secretária o mesmo tempo para responder, facultadas as réplicas e tréplicas;
 - as pessoas presentes na Assembléia também poderão usar a palavra por cinco minutos, desde que, devidamente inscritas, junto às Secretárias da Câmara presentes na Assembléia;
- O Sr. Presidente determina a leitura do:
 - **Projeto de Lei nº 073/2018, do Executivo Municipal**, que estima a RECEITA e fica a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2019.



Câmara Municipal de Jaguariúna

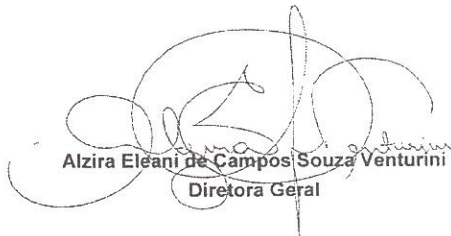
Estado de São Paulo

- O Sr. Presidente passa a palavra à Senhora Cristina Aparecida Rossi Serra, Secretária Municipal de Administração e Finanças) para explanações a respeito do projeto.

-
-
- Deixa livre a palavra aos inscritos, pela ordem, que terão no máximo, 5 minutos para uso da palavra.

-
-
- Palavras do Sr. Presidente.
 - Encerramento da Audiência Pública.

Secretaria da Câmara Municipal, aos 22 de novembro de 2018



Alzira Eleani de Campos Souza Venturini
Diretora Geral



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13910-027 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856
Jaguariúna- SP



Ofício DER-nº 118/2018.

Jaguariúna, aos 27 de setembro de 2018.

Senhor Presidente:

Por intermédio do presente, nos termos do § 3º, do art. 99-A, da Lei Orgânica do Município, submetemos à elevada consideração dessa Colenda Câmara de Vereadores, almejando deliberação a respeito, o PROJETO DE LEI, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2019.

Tal peça orçamentária foi elaborada com estrita observância à Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que preceitua regras de direito financeiro para confecção dos orçamentos dos Municípios.

Na ausência de outro particular, renovamos a Vossa Excelência nossos protestos de alto e distinto apreço.

MÁRCIO GUSTAVO BERNARDES REIS
Prefeito

Excelentíssimo Senhor
VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
DD. Presidente da Câmara Municipal
NESTA



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13910-027 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856
Jaguariúna- SP

PROJETO DE LEI Nº /2018.

Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2019.

MÁRCIO GUSTAVO BERNARDES REIS, Prefeito do Município de Jaguariúna, Estado de São Paulo etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município, para o exercício financeiro de 2019, estima a RECEITA e fixa a DESPESA em R\$ 398.451.335,00 (trezentos e noventa e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, trezentos e trinta e cinco reais), da autarquia municipal Serviço de Água e Esgoto – SAE em R\$ 900,00 (novecentos reais) e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS em R\$ 41.851.000,00 (quarenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e um mil reais), totalizando R\$ 440.303.235,00 (quatrocentos e quarenta milhões, trezentos e três mil, duzentos e trinta e cinco reais), discriminados pelos anexos integrantes desta lei.

Art. 2º A RECEITA será realizada mediante arrecadação dos tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes no anexo 2 da Lei Federal nº 4.320/64, com o seguinte desdobramento:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

RECEITAS CORRENTES	R\$ 423.277.055,37
Receita Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 78.033.009,06
Receita de Contribuições	R\$ 12.531.000,00
Receita de Contribuições - Intra-orçamentária	R\$ 19.980.000,00
Receita Patrimonial	R\$ 14.145.200,00
Receita Industrial	R\$ 230.000,00
Receita de Serviços	R\$ 19.550.000,00
Transferências Correntes	R\$ 319.690.106,03
(-) Deduções de Transferências Correntes	-R\$ 51.532.566,96
Outras Receitas Correntes	R\$ 10.650.307,24

RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 17.025.279,63
Operações de Crédito	R\$ 0,00
Alienação de Bens	R\$ 500.000,00



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13910-027 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2866
Jaguariúna- SP



Transferências de Capital	R\$ 16.525.279,63
---------------------------	-------------------

TOTAL DAS RECEITAS R\$ 440.302.335,00

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

RECEITAS CORRENTES	R\$ 900,00
Receita de Serviços	R\$ 900,00

RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 0,00
----------------------------	-----------------

TOTAL DA RECEITA R\$ 900,00

Art. 3º A DESPESA será realizada segundo a discriminação dos quadros PROGRAMA DE TRABALHO E NATUREZA DA DESPESA, que apresentam o seguinte desdobramento:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

POR FUNÇÕES DE GOVERNO

01	LEGISLATIVO	R\$ 5.810.000,00
02	JUDICIÁRIA	R\$ 5.235.830,41
04	ADMINISTRAÇÃO	R\$ 38.780.269,34
06	SEGURANÇA PÚBLICA	R\$ 18.837.914,18
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 12.444.312,00
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$ 6.561.000,00
10	SAÚDE	R\$ 110.444.138,53
12	EDUCAÇÃO	R\$ 107.261.945,81
13	CULTURA	R\$ 9.670.548,24
15	URBANISMO	R\$ 36.114.993,47
16	HABITAÇÃO	R\$ 141.200,00
17	SANEAMENTO	R\$ 28.187.400,00
18	GESTÃO AMBIENTAL	R\$ 477.627,22
22	INDÚSTRIA	R\$ 938.849,88
26	TRANSPORTE	R\$ 8.066.600,00
27	DESPORTO E LAZER	R\$ 6.539.705,92
28	ENCARGOS ESPECIAIS	R\$ 4.500.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 40.290.000,00
TOTAL		R\$ 440.302.335,00

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13910-027 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856
Jaguariúna- SP

POR FUNÇÕES DE GOVERNO

17	SANEAMENTO	R\$ 900,00
TOTAL		R\$ 900,00

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

POR SUBFUNÇÕES

031	AÇÃO LEGISLATIVA	R\$ 5.810.000,00
061	AÇÃO JUDICIÁRIA	R\$ 5.235.830,41
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	R\$ 13.304.816,00
123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	R\$ 22.176.663,72
124	CONTROLE INTERNO	R\$ 327.799,22
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	R\$ 2.954.190,40
181	POLICIAMENTO	R\$ 16.898.914,18
182	DEFESA CIVIL	R\$ 1.939.000,00
241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	R\$ 460.600,00
243	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	R\$ 311.800,00
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	R\$ 11.685.712,00
272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	R\$ 6.561.000,00
301	ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 46.437.760,53
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	R\$ 63.559.969,84
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$ 25.213,80
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	R\$ 421.194,36
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	R\$ 5.556.212,81
361	ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 56.576.714,47
362	ENSINO MÉDIO	R\$ 891.000,00
364	ENSINO SUPERIOR	R\$ 4.390.000,00
365	ENSINO INFANTIL	R\$ 39.848.018,53
392	DIFUSÃO CULTURAL	R\$ 9.673.548,24
451	INFRAESTRUTURA URBANA	R\$ 7.704.651,90
452	SERVIÇOS URBANOS	R\$ 34.118.041,57
453	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	R\$ 2.500.000,00
482	HABITAÇÃO URBANA	R\$ 100,00
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	R\$ 28.187.400,00
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	R\$ 477.627,22
661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	R\$ 938.849,88
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	R\$ 6.539.705,92
843	ENCARGOS ESPECIAIS	R\$ 4.500.000,00
997	RESERVA DE CONTINGÊNCIA – RPPS	R\$ 35.290.000,00



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13910-027 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856
Jaguariúna- SP



999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 5.000.000,00
-----	-------------------------	------------------

TOTAL DA DESPESA R\$440.302.335,00

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

POR SUBFUNÇÃO

512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	R\$ 900,00
-----	--------------------------	------------

TOTAL DA DESPESA		R\$ 900,00
-------------------------	--	-------------------

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

POR CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 353.420.575,18
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 46.591.759,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 40.290.000,00

TOTAL DA DESPESA	R\$ 440.302.335,00
-------------------------	---------------------------

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

POR CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 700,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 200,00

TOTAL DA DESPESA	R\$ 900,00
-------------------------	-------------------

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PODER LEGISLATIVO



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13910-027 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856
Jaguariúna- SP

51	CÂMARA MUNICIPAL	R\$ 5.810.000,00
----	------------------	------------------

PODER EXECUTIVO

1	SECRETARIA DE GABINETE	R\$ 6.071.806,40
2	SECRETARIA DE GOVERNO	R\$ 10.204.000,00
3	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	R\$ 31.676.663,72
4	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	R\$ 327.799,22
5	SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS	R\$ 5.235.830,41
6	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 12.444.312,00
8	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	R\$ 938.849,88
9	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	R\$ 107.261.945,81
10	SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	R\$ 6.539.705,92
11	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	R\$ 28.664.127,22
12	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS	R\$ 34.067.041,57
13	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	R\$ 2.189.151,90
14	SECRETARIA DE SAÚDE	R\$ 110.444.138,53
15	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	R\$ 9.670.548,24
16	SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	R\$ 18.837.914,18
17	SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA	R\$ 8.066.600,00
71	FUNDO ESPECIAL PREV SOCIAL SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAIS	R\$ 41.851.000,00
TOTAL DA DESPESA		R\$ 434.491.435,00

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

61	SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO	R\$ 900,00
----	--------------------------	------------

TOTAL DA DESPESA		R\$ 900,00
-------------------------	--	-------------------

Art. 4º Os Poderes Executivo e Legislativo estão autorizados, no que couber, a:

I – realizar Operações de Crédito por Antecipação da Receita, até o limite de 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida estimada, nos termos da legislação em vigor;



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13910-027 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856
Jaguariúna- SP



II – abrir créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do orçamento da despesa, conforme art. 43, § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64;

III – por decreto ou ato da mesa, realocar até 20% (vinte por cento) dos recursos orçamentários, entre dotações de um mesmo programa, no âmbito da mesma unidade orçamentária e dentro da mesma categoria econômica de despesa, com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação aprovada nesta lei;

IV – contratar operações de crédito, junto às instituições financeiras, nos moldes da Resolução 043, de 21 de dezembro de 2001, com alterações trazidas pela Resolução 003, de 03 de abril de 2002, do Senado Federal.

Art. 5º As metas fiscais de receita e de despesa e os resultados primário e nominal, apurados segundo esta Lei, constantes do Demonstrativo da Compatibilidade da Programação do Orçamento com as Metas de Resultados Fiscais, atualizam as metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019.

DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Art. 6º A RECEITA da autarquia será realizada mediante arrecadação dos serviços de água, esgoto, ligações e outros serviços, multas, rendas patrimoniais, alienações, transferências governamentais e repasses do Município, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes no anexo 2 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 7º A autarquia é autorizada a:

I – abrir Créditos Adicionais Suplementares e Especiais até o limite de 10% (dez por cento) do Orçamento da Despesa;

II – contratar operações de crédito, junto às instituições financeiras, nos moldes da Resolução 043, de 21 de dezembro de 2001, com alterações trazidas pela Resolução 003, de 03 de abril de 2002, do Senado Federal;

III – por decreto, realocar até 20% (vinte por cento) dos recursos orçamentários, entre dotações de um mesmo programa, no âmbito da mesma unidade orçamentária e dentro da mesma categoria econômica de despesa, com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação aprovada nesta lei.



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13910-027 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856
Jaguariúna- SP

Art. 8º Foram considerados na estimativa da receita orçamentária da autarquia do exercício de 2018, como determina o art. 12, da Lei de Responsabilidade Fiscal, os benefícios fiscais instituídos nesta lei.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Ficam convalidados na Lei 2.515, de junho de 2018, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2019, na Lei 2.463, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA para o exercício de 2018 a 2021, os valores das ações ora contemplados na presente lei.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

Prefeitura do Município de Jaguariúna, aos 27 de setembro de 2018.

MÁRCIO GUSTAVO BERNARDES REIS
Prefeito



MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

LOA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

2019



FUNDAMENTAÇÃO LEGAL - LOA

- **Obrigação do Poder Executivo**
 - Art. 165º, III - Constituição Federal
 - Lei Orgânica do Município de Jaguariúna
 - Lei de Responsabilidade Fiscal-LC 101/2000



O QUE É A LOA?

- **Instrumento de Orçamento Fiscal Anual.**
- **Estabelece normas de gestão financeira e patrimonial da administração.**
- **Define os investimentos, novos serviços, enfim, a expansão da ação governamental e a manutenção das atividades existentes.**



OBJETIVO MACRO DA LOA

- **Transparência ao processo de elaboração do Orçamento Fiscal, em que estimam receitas e despesas da Administração.**
- **Participação concreta do Parlamento na condução e utilização das Finanças Públicas.**



A LOA COMPREENDERÁ:

A) De acordo com a CF/88

- ✓ O Orçamento Fiscal das entidades da administração.
- ✓ Orientação para a abertura de créditos adicionais suplementares e operações de crédito.
- ✓ Despesas com pessoal



B) DE ACORDO COM A L.R.F.

- ✓ Equilíbrio das contas públicas.
- ✓ Condições para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
- ✓ Medidas de compensação a renúncias de receita e aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
- ✓ Conterá reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.



PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

2019



LOA 2019

RECEITAS PREVISTAS

RECEITAS CORRENTES	R\$ 423.277.955,37
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 17.025.279,63
TOTAL DAS RECEITAS	R\$ 440.303.235,00



LOA 2019

DESPESAS PREVISTAS

DESPESAS CORRENTES	R\$ 353.421.475,18
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 46.591.759,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 40.290.000,00
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 440.303.235,00



SEGURANÇA PÚBLICA

- FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL, MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE PÚBLICO E PROMOÇÃO DA ORDEM E SEGURANÇA PÚBLICA.
- **Valor total: R\$18.837.914,18**



EDUCAÇÃO

- PROMOÇÃO, SUPERVISÃO, INCENTIVO, EXECUÇÃO E APOIO AO ENSINO.
- **Valor total: R\$ 107.261.945,81**



SAÚDE

- REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE MUNICIPAL.
- **Valor total: R\$ 110.444.138,53**



GESTÃO AMBIENTAL

- AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL, PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTOS.
- **Valor total: R\$ 28.665.927,22**



ASSISTÊNCIA SOCIAL

- PROMOVER A EQUIDADE E JUSTIÇA SOCIAL.
- **Valor total: R\$ 12.444.312,00**



DEMAIS:

▪ LEGISLATIVO MUNICIPAL, GESTÃO ADMINISTRATIVA, PROMOÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA, OBRAS E SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

▪ **Valor total: R\$ 173.421.211,44**



ODS – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- Organizações das Nações Unidas – em vigor a partir de 01/01/2016
- Agenda Mundial a ser implementada até 2030, sendo 17 objetivos e 169 metas.
- 3 Pilares:
 - crescimento econômico
 - inclusão social
 - proteção ao meio ambiente.



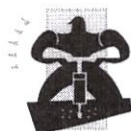
JAGARIÚNA X ODS

- Único município da RMC que está implantando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU.



PRINCIPAIS DESTAQUES

SÍNTESES X METAS ODS



CÂMARA MUNICIPAL

CUSTEIO	R\$ 5.710.000,00
INVESTIMENTO	R\$ 100.000,00
TOTAL	R\$ 5.810.000,00

SECRETARIA DE GABINETE

CUSTEIO	R\$ 5.953.606,40
INVESTIMENTO	R\$ 118.200,00
TOTAL	R\$ 6.071.806,40

Fórum Metropolitano de Desenvolvimento Sustentável
Virada Sustentável



190

SECRETARIA DE GOVERNO

CUSTEIO	R\$ 10.202.000,00
INVESTIMENTO	R\$ 2.000,00
TOTAL	RS 10.204.000,00

Projetos de Atendimento: Evolução de Governança, Projeto E-Sic Novo Portal da Transparência

INDICADORES: Compras Públicas Sustentáveis ; Orçamento executado decidido de forma participativa; Órgãos de controle e combate à corrupção; Participação de adolescentes e jovens em instâncias deliberativas; Programa de Metas; Indivíduos que utilizaram o governo eletrônico; Acessos negados no sistema de informação ao cidadão; Pedidos respondidos no sistema de informação ao cidadão; Usuários de internet por tipos de serviço do governo eletrônico; Conselhos Municipais

SECRETARIA SEGURANÇA PÚBLICA

CUSTEIO	R\$ 18.036.914,18
INVESTIMENTO	R\$ 801.000,00
TOTAL	RS 18.837.914,18

Projetos de Atendimento: Projeto Guarda em Ação, Projeto Instrutor Amigo, Projeto Anjo da Guarda da Mulher

INDICADORES: Conteúdo relativo aos direitos humanos na formação policial; Crimes contra a liberdade sexual; Crimes violentos fatais; Homicídio juvenil; Homicídios na população branca e negra; Roubos; Notificações de estupros sofridos por mulheres; Notificações de violência contra mulheres e meninas; Crimes sexuais

SECRETARIA MOBILIDADE URBANA

CUSTEIO	R\$ 8.005.600,00
INVESTIMENTO	R\$ 61.000,00
TOTAL	R\$ 8.066.600,00

Projetos de Atendimento: Educação para o Trânsito, Quanto Vale um Acidente?, Transporte Coletivo para Todos

INDICADORES: Acidentes de trânsito; Atropelamentos; Custo anual dos acidentes de trânsito; Proximidade de transporte público; Tempo médio gasto da moradia ao local de trabalho

SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS

CUSTEIO	R\$ 5.233.830,41
INVESTIMENTO	R\$ 2.000,00
TOTAL	R\$ 5.235.830,41

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO

CUSTEIO	R\$ 1.986.051,89
INVESTIMENTO	R\$ 203.100,00
TOTAL	R\$ 2.189.151,89

Projetos de Atendimento: Acessibilidade Urbana, Mais Casas

INDICADORES: Calçadas acessíveis; Acessibilidade nos espaços públicos; Déficit habitacional

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CUSTEIO	R\$ 26.616.663,73
INVESTIMENTO	R\$ 60.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 5.000.000,00
TOTAL	R\$ 31.676.663,72

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CUSTEIO	R\$ 325.799,22
INVESTIMENTO	R\$ 2.000,00
TOTAL	RS 327.799,22

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CUSTEIO	R\$ 95.271.194,68
INVESTIMENTO	R\$ 11.990.751,13
TOTAL	RS 107.261.945,81

Projetos de Atendimento: Escola Amiga, Projeto Atendimento Educacional Especializado, Projeto Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), Projeto Educação Física para todos, Projeto Centro de Formação de Professores

INDICADORES: Campanhas de educação cidadã; Escolas da rede municipal que abrem aos finais de semana para a comunidade; Alunos com deficiência na rede regular de ensino; Escolas com recursos para Atendimento Educacional Especializado; Analfabetismo funcional da população; Analfabetismo na população com 15 anos ou mais; Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola; Demanda atendida em creches; Educação em tempo, Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à educação profissional; integral nas creches; Educação em tempo integral no Ensino Fundamental – anos finais; Educação em tempo integral no Ensino Fundamental – anos iniciais; Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência; Escolas públicas com esporte educacional no turno obrigatório; Professores com formação em nível superior; Professores da educação básica com formação em educação especial; Crianças plenamente alfabetizadas até os 8 anos de idade

SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

CUSTEIO	R\$ 7.416.200,45
INVESTIMENTO	R\$ 2.254.447,79
TOTAL	R\$ 9.670.648,24

Projetos de Atendimento: Escola das Artes, Acervo Popular (Livros e Biblioteca)

INDICADORES: Acervo de livros infanto-juvenis; Acervo de livros para adultos; Divulgação de indicadores de sustentabilidade para o turismo; Matrículas na Escola das Artes

SECRETARIA DE ESPORTES

CUSTEIO	R\$ 5.776.345,92
INVESTIMENTO	R\$ 763.360,00
TOTAL	R\$ 6.539.705,92

Projetos de Atendimento: Projeto Campeões

INDICADORES: Matrículas no Projeto Campeões

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

CUSTEIO	RS 20.115.741,57
INVESTIMENTO	RS 13.951.300,00
TOTAL	RS 34.067.041,57

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CUSTEIO	RS 12.099.212,00
INVESTIMENTO	RS 345.400,00
TOTAL	RS 12.444.612,00

Projetos de Atendimento: Projeto de Prevenção ao uso de Drogas e Álcool, Combate a Agressão a Idosos, Combate a Negligência e Abandono de Crianças e Adolescentes, Combate a agressão de crianças e adolescentes

INDICADORES: Adolescentes envolvidos em ato infracional; Política municipal de assistência aos usuários de drogas e dependentes de álcool; Adolescentes cumprindo medidas; socioeducativas; Agressão a crianças e adolescentes; Negligência e abandono de crianças e adolescentes; Agressão a idosos

SECRETARIA DE SAÚDE

CUSTEIO	R\$ 109.285.577,63
INVESTIMENTO	R\$ 1.158.560,90
TOTAL	RS 110.444.138,53

Projetos de Atendimento: Tempo de Cuidar, Tempo de Crescer e Tempo de Viver

INDICADORES: Excesso de peso em adultos; Internação hospitalar por doenças crônicas; Mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis; Prevalência de diabetes melito; População atendida por equipes de saúde da família; Gasto municipal em saúde em proporção ao gasto total em saúde; Investimento em saúde preventiva; Orçamento municipal para a saúde sexual e reprodutiva; Orçamento municipal para a saúde, per capita; Pré-natal insuficiente; Mortalidade materna; Mortalidade neonatal (crianças de 0 a 27 dias); Baixo peso ao nascer; Gravidez na adolescência; Estabelecimentos que realizam interrupção voluntária de gravidez segundo a lei; Unidades de saúde básica que oferecem serviços de planejamento familiar; Orçamento municipal para a saúde sexual e reprodutiva; Cobertura de vacinas; Desnutrição infantil; Mortalidade infantil (crianças menores de um ano); Mortalidade na infância (crianças menores de 5 anos de idade); Obesidade infantil; População atendida por equipes de saúde da família; Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado; Pessoas infectadas com dengue

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

CUSTEIO	R\$ 17.658.127,22
INVESTIMENTO	R\$ 11.007.800,00
TOTAL	RS 28.665.927,22

Projetos de Atendimento: Programa Jaguariúna Verde: Eixo Ações Sustentáveis, Programa Jaguariúna Verde: Eixo Coleta Seletiva; Feira de Orgânicos; Esgoto 100% Tratado e Coletado, Ações relativas ao ODS6

INDICADORES: Coleta seletiva; Material reciclado em atividades industriais; Reciclagem de resíduos sólidos; Empresas locais com indicadores de sustentabilidade; Empresas que realizam logística reversa de resíduos; Produção e consumo de orgânicos; Esgoto que não recebe nenhum tipo de tratamento; Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos; Rede de esgoto (domicílios sem ligação com a rede de esgoto); Tratamento de esgoto e resíduos da atividade econômica local; Perda de água tratada; Consumo de água per capita

SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

CUSTEIO	R\$ 936.849,88
INVESTIMENTO	R\$ 2.000,00
TOTAL	R\$ 938.849,88

Projetos de Atendimento: Economia Ativa

INDICADORES: Desemprego; Políticas municipais destinadas a ampliar a igualdade socioeconômica; Capacitação profissional e incentivo ao primeiro emprego



PLANILHA DE CÁLCULOS ORÇAMENTO 2019

QUADRO DE RECEITAS

Receita Geral	R\$ 440.303.235,00
Receita de Impostos	R\$ 325.023.626,15
Receita FUNDEB	R\$ 37.600.000,00



ASPECTOS LEGAIS

EDUCAÇÃO	
RECEITA DE IMPOSTOS	R\$ 325.023.626,15
APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA – 25%	R\$ 81.255.906,53
Despesas-Ensino Infantil , Fundamental e FUNDEB	R\$ 92.011.305,60
Contas Redutoras (FUNDEB)	R\$ 51.532.566,96
Auxílios do Ensino	R\$ 17.418.622,26
TOTAL DAS DESPESAS LÍQUIDAS	R\$ 126.125.250,30
<i>Percentual Aplicado</i>	38,80%



ASPECTOS LEGAIS

FUNDEB	
RECEITA PREVISTA	R\$ 37.600.000,00
APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA NO MAGISTÉRIO – 60%	R\$ 22.560.000,00
Despesas previstas com Magistério	R\$ 32.633.100,00
<i>Percentual Aplicado</i>	86,79%



ASPECTOS LEGAIS

SAÚDE	
RECEITA DE IMPOSTOS	R\$ 325.023.626,15
APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA – 15%	R\$ 48.753.543,92
Despesas com Saúde	R\$ 110.444.138,53
Auxílios da Saúde	R\$ 7.812.941,07
TOTAL DAS DESPESAS LÍQUIDAS	R\$ 102.631.197,46
<i>PERCENTUAL APLICADO</i>	<i>31,58%</i>



ASPECTOS LEGAIS

DESPESAS COM PESSOAL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	R\$ 329.894.788,41
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 149.845.961,60
<i>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO</i>	<i>45,42%</i>



SÍNTESE ORÇAMENTÁRIA

FUNÇÕES	DOTAÇÃO – R\$	%
LEGISLATIVA	5.810.000,00	1,32
JUDICIÁRIA	5.235.830,41	1,19
ADMINISTRAÇÃO	38.780.269,34	8,81
SEGURANÇA PÚBLICA	18.837.914,18	4,28
ASSISTÊNCIA SOCIAL	12.444.312,00	2,83
PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.561.000,0	1,49
SAÚDE	110.444.138,53	25,08
EDUCAÇÃO	107.261.945,81	24,36
CULTURA	9.670.548,24	2,20
URBANISMO E HABITAÇÃO	36.256.193,47	8,23
GESTÃO AMBIENTAL E SANEAMENTO	28.665.927,22	6,51
INDÚSTRIA	938.849,88	0,21
TRANSPORTE	8.066.600,00	1,83
DESPORTO E LAZER	6.539.705,92	1,49
ENCARGOS ESPECIAIS	4.500.000,00	1,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.290.000,00	9,15
TOTAL	440.303.235,00	100,00



ORÇAMENTO – 2019

Márcio Gustavo Bernardes Reis

Prefeito Municipal

Rita de Cássia Siste Bergamasco

Vice-Prefeita

Equipe Técnica:

- Cristina Ap. Rossi Serra – Secretária de Administração e Finanças
- Fernando Alberto de Moraes – Diretor Administrativo
- Sissi Helena Roque – Diretora Depto. Contabilidade e Orçamento



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

LISTA DE PRESENÇA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ESTUDOS DO PROJETO DE LEI 073/2018, DO EXECUTIVO MUNICIPAL, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO, DO SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO – SAE E DO FUNDO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS – RPPS, PARA O EXERCÍCIO DE 2019, REALIZADA AOS 22 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 18H30, NA SALA DE SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.

NOME	CARGO/FUNÇÃO	ASSINATURA
Christina Serra	Sec. Finanças	
JOHÃO T. SILVA	990. Mobilidade	
Valquíria Ap. Francisco	Profº PEB II	
Luiz Carlos de Campos	VEREADOR	
Walter Toppi	Vereador	
Renato José A. C. Filho	Sec. Serviços	
Alexandre Rodrigues Castro	Diretor de Op. Obras	
Raulo Sérgio MARIAL	VIGILANTE PATRIMONIAL	
Vanilo José de Oliveira	Vigilante Patrimonial	
Inaldo S. de B. Santos	VEREADOR	
AFONSO L. SILVA	VEREADOR	
Ronaldo Guaberto	Municip.	
JOÃO CARLOS F. LOPES COELHO	Município	
Fernando R. Tesche	Dir. Defesa Civil	
WAGNER F. BRITO	Dir. Previdência	
Adriana Fonseca	Assessora Parlamentar/Aud	
Maurício P. Alves	Assessor I	
André Dias Lima	Secretaria de Assistência Social	
Alexandre de S.	ASSessor I	
Walter J. C. de S.	Secretaria	
Rui Fernando Riedi	PASI educação	

Câmara Municipal de Jaguariúna
Rua Amâncio Bueno, 446 - Centro - Jaguariúna - SP - Cep. 13820-000
Tel.: (19) 3867-1336 E-mail: cmj@camarajaguariuna.sp.gov.br
(19) 3847-4336

Gravação em
vídeo da
Audiência Pública
de 22/10/2018
Estudo LOA



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ata da Audiência Pública para estudos do Projeto de Lei nº 073/2018, do Executivo Municipal, que estima a Receita e fixa a Despesa do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2019, em cumprimento ao disposto no art. 48, Parágrafo Único da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de Maio de 2000), convocada através do Edital de Convocação nº 028/2018, datado de 30 de outubro de 2018, realizada no dia vinte e dois de novembro de dois mil e dezoito, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta Cidade. Presidente Sr. Romilson Nascimento Silva. Vice-Presidente Sr. Afonso Lopes da Silva. Secretárias Sras. Cássia Murer Montagner e Inalda Lúcio de Barros Santana. Presentes os Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Cássia Murer Montagner, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Romilson Nascimento Silva e Walter Luís Tozzi de Camargo. Deixaram de comparecer os Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cristiano José Cecon, Rodrigo da Silva Blanco e Taís Camellini Esteves. Presente, ainda, a Sra. Cristina Aparecida Rossi Serra, Secretária Municipal de Administração e Finanças. Inclusive com estas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões, aproximadamente, trinta e cinco pessoas, conforme consta de Lista de Presença anexada ao Processo. O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Romilson Nascimento Silva, fez a abertura da Audiência Pública, passando os trabalhos da mesma para o Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Afonso Lopes da Silva para que ele formasse a Mesa e desse início aos trabalhos da Audiência; o Sr. Afonso Lopes da Silva cumprimentou a todos, aos nobres Vereadores, à Vice Prefeita, Rita de Cássia Siste Bergamasco, e a convidou para que fizesse assento no Plenário junto aos demais Vereadores, e que ela iria recordar um pouco da época que ela era Vereadora, e que ela estava representando o Prefeito; a seguir disse que aquela audiência pública era para eles discutirem a questão do orçamento anual, do orçamento do Município para o ano de dois mil e dezanove, e que era uma questão importante, e como já estava falando ali, estimava a Receita e fixava a Despesa; disse que ele iria compor a Mesa, chamando os membros da Comissão de Orçamento, o Bozó, Vereador Luiz Carlos de Campos, Secretário, para fazer parte da Mesa, e que o Cristiano José Cecon, Vice Presidente, que não tinha chegado ainda, mas estava a caminho; chamou, também, a Secretária de Administração e Finanças, a Sra. Cristina Aparecida Rossi Serra para fazer parte da Mesa; disse que iriam fazer o seguinte procedimento: iriam fazer a leitura do projeto de lei, que foi enviado ali para a Casa, com a questão da Receita e da Despesa, e depois iriam passar para a Cristina Serra para que ela pudesse fazer a exposição, a explanação a respeito da LOA – a Lei Orçamentária Anual, depois eles iriam abrir espaço para que o Plenário pudesse se posicionar, os próprios Vereadores, fazer Secretário da Comissão de Orçamento, Vereador Luiz Carlos de Campos, para que ele pudesse fazer a leitura do projeto de lei; ele fazendo a leitura do projeto de lei, como ele tinha falado, iriam passar para a Cristina Serra para ela fazer a explanação da parte da dela; a seguir o Sr. Secretário, Luiz Carlos de Campos, cumprimentou a todos, fazendo a leitura do Projeto de Lei nº 073/2018, do Executivo Municipal, que estima a Receita e fixa a Despesa do Município, do

uk-



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2019; terminada a leitura do projeto de lei, o Sr. Presidente da Comissão de Orçamento agradeceu ao Sr. Luiz Carlos de Campos, Secretário, pela leitura, e passou a palavra para a Sra. Cristina Aparecida Rossi Serra, Secretária Municipal de Administração e Finanças para suas explanações; a Sra. Cristina Aparecida Rossi Serra cumprimentou a todos, agradecendo a presença de cada um, dos nobres Vereadores, da Vice Prefeita, Rita, agradecendo a presença da mesma, e disse que, naquele dia, eles iriam fazer a explanação dos números em relação aos dispositivos legais do orçamento para o exercício de dois mil e dezenove; disse, no próximo slide, que como em toda audiência eles traziam a fundamentação legal da LOA, artigo um meia cinco, inciso três, da Constituição Federal, que tratava dos critérios da Execução; a Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, da Lei de Responsabilidade; no próximo quadro dizia o que era o Orçamento, e que era um instrumento de Orçamento Fiscal Anual, ela era uma peça anual assim como a LDO e o PPA, por quatro anos; ela estabelecia normas de gestão financeira e patrimonial da administração e definia os investimentos, novos serviços, enfim, a expansão da ação governamental a manutenção das atividades já existentes; disse que o objetivo Macro era a transparência ao processo de elaboração do Orçamento Fiscal, era onde se estimava receitas e despesas da Administração, fosse ela do Executivo, Legislativo; participação concreta do Parlamento na condução e utilização das Finanças Públicas; ela compreendia, de acordo com a Constituição, o Orçamento Fiscal das entidades da administração, dos fundos e da Prefeitura, do Legislativo; orientação para abertura de créditos adicionais suplementares e operações de crédito e despesa com pessoal; de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal ela tinha que transparecer o equilíbrio das contas públicas, as condições para transferências de recursos à entidades públicas e privadas; medidas de compensação à renúncias de receita e aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado e conter a reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos; disse, a seguir, que naquele momento ela iria falar um pouco dos números em si, e que eles tinham previstos para o exercício de dois mil e dezenove, com Receitas Correntes, e que isso seria do Município todo, o orçamento consolidado, no valor de quatrocentos e vinte e três milhões, duzentos e setenta e sete mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e sete centavos; as Receitas de Capital: dezessete milhões, zero vinte e cinco, dois sete nove, meia três, totalizando as Receitas em quatrocentos e quarenta milhões, trezentos e três, duzentos e trinta e cinco; disse que, dentro das Despesas Previstas também, a categoria de Despesas Correntes, trezentos e cinquenta e três, quatrocentos e vinte e um, quatro sete cinco, dezoito; Despesas de Capital quarenta e seis, quinhentos e noventa e um, sete cinco nove, oitenta e dois; Reserva de Contingência, quarenta milhões, duzentos e noventa mil; disse que a seguir, tinha destacado as maiores Secretarias, e no próximo quadro falava da Segurança Pública onde tinha por função o fortalecimento do sistema de Segurança Pública Municipal, modernização do sistema de trânsito e transporte, e disse que ali houve um equívoco, porque eles tinham criado a Secretaria de Mobilidade Urbana que, na verdade, acabava controlando essa parte, e promoção da ordem e segurança pública: dezoito milhões, oitocentos e trinta e sete, novecentos e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



quatorze e dezoito; na Educação, que era a promoção, supervisão, incentivo, execução e apoio ao ensino, valor de cento e sete milhões, duzentos e sessenta e um mil, novecentos e quarenta e cinco e oitenta e um; na Saúde, que era a revitalização do sistema de saúde municipal, no valor de cento e dez milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, cento e trinta e oito e cinquenta e três; Gestão Ambiental, ampliação e fortalecimento dos sistemas de gestão ambiental, planejamento e coordenação dos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgotos, valor total vinte e oito milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, novecentos e vinte e sete e vinte e dois; Assistência Social, promover a equidade e justiça social, no valor total de doze milhões, quatrocentos e quarenta e quatro, trezentos e doze reais e as demais, que englobavam o Legislativo, Gestão Administrativa, Promoção Cultural e Esportiva, Obras e Serviços e Desenvolvimento Econômico, no valor total de cento e setenta e três milhões, quatrocentos e vinte e um mil, duzentos e onze e quarenta e quatro; disse, a seguir, que para aquela audiência de dois mil e dezenove, ela achava que valia eles ressaltarem as metas de ODS que, na verdade, eram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; a Sra. Secretária disse que tinha entrado em vigor desde um de janeiro de dois mil e dezesseis, e na verdade ela nada mais era que o início e o preparo para que o Município, ou seja o País, acabava se enquadrando para a Agenda Mundial que iria ser chamada de "2030", que tinha dezessete objetivos e cento e sessenta e nove metas; disse que, naquele ano, o orçamento foi, ele teve duas bases, uma: o Plano de Governo que eles levaram ao conhecimento de cada Secretário, se sentaram com cada um, em conjunção com as metas da ODS, e no próximo quadro disse que vinha destacar, também, que em Jaguariúna era o único município da Região Metropolitana que estava implantado os ODS; disse que o TCE tinha acabado de lançar, recentemente, uma cartilha que se chamava "Observatório do Futuro", e que era onde eram formados os núcleos de monitoramento dos ODS; disse que o TCE em parceria com a "PNUD", que era o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, ele iria ser parceiro e iria ser um auditor, também, iria ser o controlador externo, um aliado que iria fazer parte da fiscalização dos itens que foram estabelecidos e que o Município aderiu dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e que iria ser um item, iria ser objeto de checagem dos auditores do Tribunal de Contas, e ele iria, inclusive, auxiliar a implementação das ações e da Agenda 2030, e que aquela questão de onde gastar? Como gastar? E qual a meta, o benefício para o povo, mais do que nunca tinha que ser levado a sério; disse que Jaguariúna foi pioneira, era o único município que saiu na frente, desde o ano anterior eles já estavam trabalhando em cima disso; os Secretários passavam os dados periodicamente, tinha uma pessoa, a Carol, que acreditava que a maioria já conhecia, que estava fazendo o acompanhamento dessas metas; disse que não eram só números, isso não era só um discurso bonito, isso era uma coisa muito séria, que o Tribunal de Contas iria passar a ser parceiro com a ONU com o fundamento do bem estar, igualdade social, se gastar direito, e o que isso vinha trazendo de benefício para a população; disse que nos próximos slides, algumas Secretarias que tinham as metas do ODS, ela iria trazer os números delas para custeio e investimento e qual a meta que ela estava cumprindo e esse orçamento financeiro estava contemplando essa meta que vinha logo abaixo; no próximo slide citou: Câmara Municipal: custeio: cinco milhões, setecentos e dez mil; investimentos: cem mil reais, cinco



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



milhões, oitocentos e dez mil; no próximo quadro falava da Secretaria de Gabinete: custeio: cinco milhões, novecentos e cinquenta e três, seiscentos e seis e quarenta; investimento: cento e dezoito mil e duzentos, totalizando seis milhões, setenta e um, oitocentos e seis e quarenta, e ela que estava acompanhando o Fórum Metropolitano de Desenvolvimento Sustentável, da Virada Sustentável; no próximo slide falava da Secretaria de Governo: custeio: dez milhões, duzentos e dois; investimento: dois mil reais; total: dez milhões, duzentos e quatro mil; projetos de atendimento: evolução de Governança, Projeto E-Sic Novo Portal da Transparência; os indicadores que estavam cadastrados pela Secretaria de Governo contemplados com aqueles recursos eram: Compras Públicas Sustentáveis; Orçamento executado decidido de forma participativa; Órgãos de controle e combate à corrupção; Participação de adolescentes e jovens em instâncias deliberativas; Programa de Metas; Indivíduos que utilizaram o governo eletrônico; Acessos negados no sistema de informação ao cidadão; Pedidos respondidos no sistema de informação ao cidadão; Usuários de internet por tipos de serviço do governo eletrônico e Conselhos Municipais; o próximo quadro falava da Secretaria de Segurança Pública: custeio: dezoito milhões, trinta e seis mil, novecentos e quatorze e dezoito; investimento: oitocentos e um mil; total dezoito milhões, oitocentos trinta e sete, novecentos e quatorze e dezoito; Projetos de Atendimento: era o Projeto Guarda em Ação, Projeto Instrutor Amigo, Projeto Anjo da Guarda da Mulher; os indicadores: Conteúdo relativo aos direitos humanos na formação policial; Crimes contra a liberdade sexual; Crimes violentos fatais; Homicídio juvenil; Homicídios na população branca e negra; Roubos; Notificações de estupro sofridos por mulheres; Notificações de violência contra mulheres e meninas; Crimes sexuais; no próximo quadro destacava a Secretaria de Mobilidade Urbana: custeio: oito milhões, cinco mil e seiscentos; investimentos: sessenta e um mil e total: oito milhões, sessenta e seis mil e seiscentos reais; Projetos de Atendimento: Educação para o Trânsito, Quanto Vale um Acidente? e Transporte Coletivo para Todos; Indicadores: Acidentes de trânsito; Atropelamentos; Custo anual dos acidentes de trânsito; Proximidade de transporte público; Tempo médio gasto da moradia ao local de trabalho; no próximo quadro, Secretaria de Negócios Jurídicos: custeio, cinco milhões, duzentos e trinta e três, oitocentos e trinta e quarenta e um; investimentos, dois mil reais, total cinco milhões, duzentos e trinta e cinco, oitocentos e trinta e quarenta e um; Secretaria de Planejamento Urbano: Projetos de Atendimento: Acessibilidade Urbana e Mais Casas; Indicadores: Calçadas acessíveis; Acessibilidade nos espaços públicos; Déficit habitacional; Secretaria de Administração e Finanças: custeio: vinte e seis milhões, seiscentos e dezesseis mil, seiscentos e sessenta e três e setenta e três; investimentos, sessenta mil; Reserva de Contingência, cinco milhões, total: trinta e um, seiscentos e setenta e seis, seiscentos e sessenta e três e sete dois; Controladoria Geral do Município: custeio: trezentos e vinte e cinco mil, setecentos e noventa e nove e vinte e dois, investimentos, dois mil reais; e total, trezentos e vinte e sete mil, setecentos e noventa e nove e vinte e dois; no próximo quadro falava da Secretaria da Educação: custeio: noventa e cinco milhões, duzentos e setenta e um, cento e noventa e quatro e sessenta e oito; investimento: onze milhões, novecentos e noventa, setecentos e cinquenta e um e treze; total: cento e sete, duzentos e sessenta e um, novecentos e quarenta e cinco e oitenta e um; os Projetos de Atendimento cadastrados: Escola



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Amiga, Projeto Atendimento Educacional Especializado, Projeto Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), Projeto Educação Física para todos, Projeto Centro de Formação de Professores; os Indicadores de medida: Campanhas de educação cidadã; Escolas da rede municipal que abrem aos finais de semana para a comunidade; Alunos com deficiência na rede regular de ensino; Escolas com recursos para Atendimento Educacional Especializado; Analfabetismo funcional da população; Analfabetismo na população com 15 anos ou mais; Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola; Demanda atendida em creches; Educação em tempo, Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à educação profissional; integral nas creches; Educação em tempo integral no Ensino Fundamental – anos finais; Educação em tempo integral no Ensino Fundamental – anos iniciais; Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência; Escolas públicas com esporte educacional no turno obrigatório; Professores com formação em nível superior; Professores da educação básica com formação em educação especial; Crianças plenamente alfabetizadas até os 8 anos de idade; Secretaria de Turismo e Cultura: custeio: sete milhões, quatrocentos e dezesseis mil, duzentos reais e quarenta e cinco centavos; investimento: dois milhões, duzentos e cinquenta e quatro, quatrocentos e quarenta e sete e setenta e nove; total: nove milhões, seiscentos e setenta, seiscentos e quarenta e oito e vinte e quatro; Projetos de Atendimento: Escola das Artes, Acervo Popular (Livros e Biblioteca); Indicadores: Acervo de livros infanto-juvenis; Acervo de livros para adultos; Divulgação de indicadores de sustentabilidade para o turismo; Matrículas na Escola das Artes; Secretaria de Esportes: custeio: cinco milhões, setecentos e setenta e seis mil, trezentos e quarenta e cinco e noventa e dois; investimento: setecentos e sessenta e três mil, trezentos e sessenta; total: seis milhões, quinhentos e trinta e nove, setecentos e cinco e noventa e dois; Projetos de Atendimento: Projeto Campeões; Indicadores: as Matrículas no Projeto Campeões; Secretaria de Obras e Serviços: custeio: vinte milhões, cento e quinze, setecentos e quarenta e um e cinquenta e sete; investimento: treze milhões, novecentos e cinquenta e um e trezentos; total: trinta e quatro milhões, sessenta e sete mil, quarenta e um reais e cinquenta e sete centavos; Secretaria de Assistência Social: custeio: doze milhões, noventa e nove mil, duzentos e doze; investimento: trezentos e quarenta e cinco mil e quatrocentos reais; total: doze milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e doze reais; Projetos de Atendimento: Projeto de Prevenção ao uso de Drogas e Álcool, Combate a Agressão a Idosos, Combate a Negligência e Abandono de Crianças e Adolescentes, Combate a agressão de crianças e adolescentes; Indicadores: Adolescentes envolvidos em ato infracional; Política municipal de assistência aos usuários de drogas e dependentes de álcool; Adolescentes cumprindo medidas; socioeducativas; Agressão à crianças e adolescentes; Negligência e abandono de crianças e adolescentes; Agressão a idosos; Secretaria de Saúde: custeio: cento e nove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e setenta e sete reais e sessenta e três centavos; investimento: um milhão, cento e cinquenta e oito mil, quinhentos e sessenta e noventa; total: cento e dez milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, cento e trinta e oito e cinquenta e três; os Projetos cadastrados nas metas do ODS eram: Tempo de Cuidar, Tempo de Crescer e Tempo de Viver; os Indicadores: Excesso de peso em adultos; Internação hospitalar por doenças crônicas; Mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis; Prevalência de diabetes melito;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



População atendida por equipes de saúde da família; Gasto municipal em saúde em proporção ao gasto total em saúde; Investimento em saúde preventiva; Orçamento municipal para a saúde sexual e reprodutiva; Orçamento municipal para a saúde, per capita; Pré-natal insuficiente; Mortalidade materna; Mortalidade neonatal (crianças de 0 a 27 dias); Baixo peso ao nascer; Gravidez na adolescência; Estabelecimentos que realizam interrupção voluntária de gravidez segundo a lei; Unidades de saúde básica que oferecem serviços de planejamento familiar; Orçamento municipal para a saúde sexual e reprodutiva; Cobertura de vacinas; Desnutrição infantil; Mortalidade infantil (crianças menores de um ano); Mortalidade na infância (crianças menores de 5 anos de idade); Obesidade infantil; População atendida por equipes de saúde da família; Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado e Pessoas infectadas com dengue; Secretaria de Meio Ambiente: Projetos cadastrados: Programa Jaguariúna Verde: Eixo Ações Sustentáveis, Programa Jaguariúna Verde: Eixo Coleta Seletiva; Feira de Orgânicos; Esgoto 100% Tratado e Coletado, Ações relativas ao ODS6, que era exatamente a da Secretaria de Meio Ambiente; os Indicadores: Coleta seletiva; Material reciclado em atividades industriais; Reciclagem de resíduos sólidos; Empresas locais com indicadores de sustentabilidade; Empresas que realizam logística reversa de resíduos; Produção e consumo de orgânicos; Esgoto que não recebe nenhum tipo de tratamento; Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos; Rede de esgoto (domicílios sem ligação com a rede de esgoto); Tratamento de esgoto e resíduos da atividade econômica local; Perda de água tratada; Consumo de água per capita; Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social: custeio: novecentos e trinta seis mil, oitocentos e quarenta e nove e oitenta e oito; investimento: dois mil; total: novecentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e nove e oitenta e oito centavos; Projetos de Atendimento: Economia Ativa; Indicadores: Desemprego; Políticas municipais destinadas a ampliar a igualdade socioeconômica; Capacitação profissional e incentivo ao primeiro emprego; disse que os próximos quadros a seguir eram os indicadores, alguns aspectos legais do Orçamento, e que o próximo slide tratava de alguns números que eram base para cálculo de alguns limites constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal; a Receita Geral: quatrocentos e quarenta milhões, trezentos e três mil, duzentos e trinta e cinco; Receita de Impostos: trezentos e vinte e cinco mil, zero vinte e três, seiscentos e vinte e seis e quinze; Receita do FUNDEB, trinta e sete milhões e seiscentos; a seguir, falou dos Aspectos Legais da Educação: Receitas de Impostos: trezentos e vinte e cinco milhões, vinte e três mil, seiscentos e vinte e seis reais e quinze centavos; Aplicação obrigatória constitucional de vinte e cinco por cento: oitenta e um milhões, duzentos e cinquenta e cinco, novecentos e seis e cinquenta e três; tinha previsto despesas com Ensino Infantil, Fundamental e FUNDEB, noventa e dois milhões, onze mil, trezentos e cinco e sessenta; as Contas Redutoras no valor de cinquenta e um milhões, quinhentos e trinta e dois, quinhentos e sessenta e seis e nove meia; Auxílio no Ensino: dezessete milhões, quatrocentos e dezoito, meia dois dois, e vinte e seis; total das despesas líquidas: cento e vinte seis milhões, cento e vinte e cinco, duzentos e cinquenta e trinta, perfazendo um percentual de trinta e oito vírgula oitenta por cento; a seguir, falou do FUNDEB, os aspectos legais, a Receita Prevista: trinta e sete milhões e seiscentos; Aplicação Mínima Obrigatória no Magistério de vinte e dois milhões, quinhentos e sessenta mil e a deles



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



prevista era de trinta e dois milhões, seiscentos e trinta e três e cem, num total de oitenta e seis vírgula setenta e nove, cumprindo a aplicação mínima obrigatória de sessenta; na Saúde: Receita de Impostos, trezentos e vinte e cinco milhões, zero vinte e três, meia dois meia e quinze; Aplicação Obrigatória de quinze por cento: quarenta e oito, setecentos e cinquenta e três, quinhentos e quarenta e três e noventa e dois; as Despesas com Saúde, totalizavam cento e dez milhões, quatrocentos e quarenta e quatro, cento e trinta e oito e cinco e três; Auxílios previstos para a Saúde, sete milhões, oitocentos e doze, novecentos e quarenta e um, zero sete, total das Despesas Líquidas: cento e dois milhões, seiscentos e trinta e um, cento e noventa e sete e quarenta e seis, percentual aplicado previsto: trinta e um vírgula cinquenta e oito, cumprindo os quinze por cento obrigatórios; Despesas com Pessoal, a base era a Receita Corrente Líquida: trezentos e vinte e nove milhões, oitocentos e noventa e quatro, setecentos e oitenta e oito e quarenta e um; Pessoal e Encargos Sociais: cento e quarenta e nove milhões, oitocentos e quarenta e cinco, nove meia e um e sessenta; percentual de aplicação previsto: quarenta e cinco vírgula quarenta e dois por cento; no próximo quadro se apresentava a Síntese Orçamentária por função, a função Legislativa: cinco milhões, oitocentos e dez; Judiciária, cinco, duzentos e trinta e cinco, oitocentos e trinta e quarenta e um; Administração, trinta e oito, setecentos e oitenta, dois meia nove e trinta e quatro; Segurança Pública, dezoito milhões, oitocentos e trinta e sete, novecentos e quatorze e dezoito; Assistência Social, doze milhões, quatrocentos e quarenta e quatro, trezentos e doze; Previdência Social, seis, quinhentos e sessenta e um; Saúde, cento e dez, quatrocentos e quarenta e quatro, cento e trinta e oito e cinquenta e três; Educação, cento e sete, dois meia um, novecentos e quarenta e cinco e oito um; Cultura, nove milhões, seiscentos e setenta, quinhentos e quarenta oito e vinte e quatro; Urbanismo e Habitação, trinta e seis, duzentos e cinquenta e seis, um nove nove e três e quarenta e sete; Gestão Ambiental e Saneamento, vinte e oito, meia meia cinco, novecentos e vinte e sete e vinte e dois; Indústria: novecentos e trinta e oito, oitocentos e quarenta e nove e oitenta e oito; Transporte, oito milhões, sessenta e seis e seiscentos; Desporto e Lazer, seis milhões, quinhentos e trinta e nove, setecentos e cinco e noventa e dois; Encargos Especiais, quatro milhões e meio; Reserva de Contingência total: quarenta milhões, duzentos e noventa mil, totalizando quatrocentos e quarenta milhões, trezentos e três, duzentos e trinta e cinco; terminada a exposição, o senhor Afonso Lopes da Silva agradeceu à Secretária pela exposição e, pelo cronograma lá, e abria para perguntas, dizendo que o pessoal que quisesse fazer questionamentos, fazer alguma indagação, e o pessoal que quisesse falar, estava com a Deise, ele achava que todo mundo a conhecia e que se inscrevesse e viesse até o púlpito para fazer o questionamento; e só antes de passar para o pessoal que faria a pergunta, ele agradeceu a presença da Rita, a Vice-Prefeita, a Secretária da Educação, Cristina Catão, a Secretária de Assistência Social, Andréa Lizun, Secretário de Segurança, Renato, presente também, o Secretário de Planejamento, o Rômulo, e, também o Secretário de Governo, o Valdir Parisi, a Secretária de Gabinete, a Maria Emília e o Josino, Secretário de Mobilidade Urbana; naquele momento ele perguntou se tinha alguém inscrito, disse ainda que, representando a Secretaria de Obras estavam presentes a Fernanda e o Alexandre e os agradeceu pela presença; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Carlos André Cardoso, Vigilante



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Patrimonial, que naquele momento, já tinha se ausentado daquela Audiência; fez uso da palavra, devidamente inscritos, o Sr. Wagner Ferreira de Brito, representante da Jaguariúna Previdência, que desejou boa noite a todos, ao Silva, o qual cumprimentou aos demais Vereadores, à Secretária Cristina, o Bozó, os demais amigos Secretários, demais servidores públicos que estavam lá, dizendo que recebeu o convite naquele dia, assinado pelo Silva para participar, inclusive, fazia parte da apresentação o Orçamento, não só do Município, mas do Município, do SAE, que era o Serviço de Água e Esgoto que, no hoje, felizmente ou infelizmente, era pequenininho, tinha uma unidade Orçamentária, não era uma autarquia, como hoje considerava no Orçamento e, a Previdência; disse que seu nome era Wagner e que estava representando a Previdência dos Servidores Públicos de Jaguariúna que existia desde dois mil e doze; ele só queria colocar que a Previdência sempre exerceu um papel relevante nos Orçamentos, se pegassem, por exemplo, o Orçamento da União, um trilhão e trezentos bilhões, cinquenta por cento daquele um trilhão e trezentos bilhões, era da Previdência, inclusive era um dos gargalhos pelo qual o Governo da União não conseguia andar, além das dívidas que eles tinham, boa parte ficava presa pagando aposentadorias, pensões, auxílio doença, etc..., tanto na área Estatutária, como na área do Regime Geral de Previdência Social; na área da Previdência tinham, basicamente, duas formas de financiamento, uma delas chamava capitalização, ele só estava colocando para depois, quando ele fosse colocar, ficaria mais claro para todos, uma delas chamava Capitalização, ou seja, ia contribuindo, o Município ia contribuindo, o dinheiro ficava lá, rendia juros, correção e quando se aposentava, aquele dinheiro estava lá disponível para que pudesse usufruir num momento, depois de trinta, trinta e cinco anos, diferente do Governo da União, a União tinha o sistema de repartição simples, ou seja, aquilo que arrecadava, gastava para pagar, não tinha aquele sistema de capitalização onde ia juntando a remuneração daquele valor que formava o bolo para que pudesse pagar o aposentado no futuro, eles eram assim, sistema de capitalização, ia contribuindo e juntando lá; no momento o Jaguar Prev tinha em torno de cento e quarenta milhões, aproximadamente, tinha lá, vinte pessoas; disse que o Jaguar Prev havia nascido em dois mil e doze, eram novinhos, era uma criança e que já tinham vinte pessoas aposentadas, tinham, aproximadamente, cinquenta, sessenta mil reais que foram pagos de aposentadoria, auxílio doença, mais de cem pessoas no auxílio doença, ou seja, o custo total por mês era em torno de trezentos e oitenta e cinco mil reais e foi arrecado três milhões e trezentos, só da Prefeitura; o mês passado só de remuneração, tiveram mais de quatro milhões de reais para quem tinha uma Despesa de trezentos e oitenta e cinco mil, ele acreditava que estavam no caminho certo; disse ainda que, pelo que ele estava vendo no Orçamento, tinha um Orçamento estimado em quatrocentos e quarenta milhões de reais, pelo que tinha visto em contas públicas, no ano passado tinham trezentos e trinta e nove, ou seja, trezentos e quarenta, uma diferença de cem milhões, cem milhões em trezentos e trinta, em contas públicas, ele achava que era trezentos e trinta e nove, trezentos e quarenta, dava mais ou menos, quase trinta por cento de aumento, daí seria uma primeira sugestão e aquelas sugestões eram, especificamente voltadas para a área de Previdência mas, poderia ser aplicada, também no Orçamento de uma forma geral, fazendo um comparativo dos anos anteriores, por exemplo, cem milhões, para onde tinha ido os cem milhões?



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Disse que ele não sabia, se tinha o Orçamento anterior e o Orçamento atual, ele conseguia ter uma visão melhor, uma visão global daquele Orçamento, daí conseguiam entender para onde tinha ido, qual a área que estava deficitária, de repente ficava como uma sugestão; voltando ainda falou sobre a importância do Regime de Previdência, ele não havia anotado, por exemplo, um quadro específico para a área de Previdência e de uma forma geral, tanto a União nos demais Municípios e no Estado, a área de Previdência ocupava, era uma ferramenta importante, era relevante no sistema do Orçamento, então, valia a pena tecer e colocar em Orçamentos futuros, que ficasse a sugestão, um quadro específico da Previdência, ele não sabia quantos lá eram estatutários mas, ele acreditava que era importante para os servidores e ele estava lá representando os servidores, saber o que se passava com a Previdência, ele se colocava até a disposição para em eventos futuros, fazer números que, de repente eles tinham lá o Orçamento passado, o Orçamento futuro, quanto se gastava para poder enriquecer se fosse interessante e oportuno enriquecer aquela reunião, a sugestão seria colocar um quadro específico para a Previdência pois ajudaria a entender; disse ainda que estava dando uma olhada na página três que estava lá, Previdência do Regime Estatutário, número duzentos e setenta e dois, seis milhões quinhentos e sessenta e um, provavelmente, aqueles seis milhões quinhentos e sessenta e um, não era a Previdência do Regime Estatutário, provavelmente era do Regime Geral de Previdência Social, talvez ficasse uma sugestão para fazer uma alteraçãozinha, seis milhões quinhentos e sessenta e um daria, mais ou menos, por treze, daria quinhentos mil por mês e não era aquilo que a Prefeitura pagava, aquilo ela tinha de Despesa com o Regime Geral, então ficava uma sugestão para fazer uma alteraçãozinha e colocar, pelo menos, não mencionar que era o Estatutário; um pouco mais abaixo, no penúltimo item, tinha a Reserva de Contingência, trinta e cinco, duzentos e noventa, a Reserva de Contingência era pela própria natureza algo incerto, algo que deixava no Orçamento para que, numa eventualidade, caso ocorresse, caso viesse acontecer, se utilizava daquela dotação Orçamentária para poder fazer face, justificar e fazer os pagamentos, aquilo que era uma contingência, por isso que chamava verba de contingência e como estava em verba de contingência ele acreditava que eles não tinham lá uma rubrica específica para a Previdência do Município, ele reforçava que municípios, Estados e União normalmente se tinha o quê? Uma visão do montante total que ia para a Previdência era necessário que no Orçamento ele estivesse separado, gozado e fosse fácil aquela leitura de saber qual era o montante que iria para a Previdência do servidor; no hoje ficava a sugestão de uma alteração, não seria Reserva de Contingências, seria uma despesa da Previdência do Município, ele tinha feito as ponderações dele e que era aquilo, se tivessem o cuidado de colocar um quadro específico da Previdência, se colocasse dois anos antes e no ano atual saberiam o que tinha acontecido, a Assistência Social tinha aumentado ou diminuído? Ele não sabia, Educação tinha aumentado ou diminuído? Ele não sabia mas, se ele tivesse aquela visão ficava fácil para os legisladores, parlamentares, a população que estava vendo de ter uma visão melhor de qual que era a dimensão do Orçamento; citou ainda do quadro específico, comparações anteriores e aquele pequeno ajuste no Orçamento porque vinha com uma Reserva de Contingência e não era Reserva de Contingência, era uma Despesa específica; então, as considerações dele eram só aquelas, agradeceu; a seguir, pediu a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



palavra o Vereador Luiz Carlos de Campos dizendo à Cristina, se ela permitisse, era mais ou menos na linha que o Walter colocou inicialmente, eles perceberam um crescimento na Receita de dezessete por cento em relação ao ano passado; na Receita Corrente, catorze e trinta e cinco por cento e tinha dado duzentos e sete por cento na Receita de Capital, depois ele gostaria que ela, se pudesse dizer do porque daquela elevação, falando assim, eles sabiam das dificuldades da economia brasileira que era até um valor, um percentual até elevado, eles sabiam que ICMS teve um acréscimo e que estavam acompanhando as Audiências Públicas das Metas Fiscais e a previsão que foi feita em relação a dois mil e dezoito, o último que ele tinha participado, estava dentro do que havia sido previsto; então, ele gostaria que ela pudesse explicar aquela elevação, aquele percentual; fez uso da palavra a Sra. Cristina Serra dizendo que ia ressaltar que o Orçamento, ele não era comparativo ao Orçamento do exercício anterior, por isso, um dos anexos que acompanhavam o projeto de lei, era um anexo que se chamava Memória de Cálculos, então, de repente, ela orçou X mas não iria arrecadar tudo aquilo, então, pelo comportamento iriam aproximar, mas não chegar; a questão do aumento que foi falado lá em cima, estava incluindo tudo, o ICMS tinha aumentado catorze por cento mesmo, iria dar líquido o valor de duzentos e nove milhões e setecentos; a questão da elevação, primeiro, a Reserva de Contingência do Jaguar Prev estava dentro daquele anexo, era um anexo específico da despesa do Jaguar Prev onde tinha um gasto de seis milhões e pouco e depois tinha as Receitas Intra-Orçamentárias, então, para efeito de AUDESP tinha que ter Receitas e Despesas para o Fundo de Previdência, os trinta e cinco milhões foram até feitos para, ela havia consultado uma empresa que foi contratada pela Prefeitura a AGEMCAMP e a diferença entre a Receita Ultra -Orçamentária e a Despesa que iria sair do Jaguar Prev, a diferença era a Reserva de Contingência porque houve aquele questionamento no ano passado e não tinham aquela consultoria contratada e ela foi perguntar a ele por quê? Ele disse porque senão ficaria fatalmente, as Receitas Intra-Orçamentárias eram incorporadas mas, não eram Receitas da Prefeitura, incorporava o Jaguar Prev, que era uma Receita do Jaguar Prev a contribuição do servidor, só que era Receita Orçamentária para eles, para ela já não era, era uma extra-orçamentária; então, passava, o Executivo nada mais era...portava o dinheiro, descontava do servidor e repassava para o Jaguar Prev, quando ela incorporava os dados para mandar para o Tribunal, ele não era uma Receita da Prefeitura porém, era uma Receita do Jaguar Prev, uma contribuição do servidor; então, aquela diferença era chamada Reserva de Contingência, a diferença entre o que arrecadava e o que vinha; naquele momento pediu a palavra o Vereador Luiz Carlos de Campos dizendo que foi por isso que no ano passado, foi aquilo que ele falou que não poderia mexer na Reserva de Contingência; com a fala a Secretária, esta disse que era aquilo mesmo e que voltaram e que tinha sido ressaltado por aquela empresa de consultoria, pela AGEMCAMP, pelo Toninho, ele dizia que era para que houvesse o equilíbrio, senão teria o quê? Uma Receita de quanto o Jaguar Prev para uma Despesa pequena; então, ele falou que a diferença era a Reserva de Contingência, por isso que estava lá o aumento, e dentro de Receitas Correntes, quatrocentos e vinte e três milhões, duzentos e setenta e sete, ela tinha aquela Receita do Jaguar Prev embora não fosse da Prefeitura, estava dentro daquele Orçamento, então, se tirasse os quarenta e um



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



chegaria num valor, ela tinha feito aquela conta em casa, trezentos e oitenta e um milhões, quatrocentos e vinte e seis, iriam chegar, aproximadamente, naquele ano, em trezentos e sessenta milhões, então o total que tinha sido orçado trezentos e setenta e cinco, daria uma diferença de dez, para trezentos e oitenta e um, não daria toda aquela elevação; então, aquele quadro, era o quadro geral, era consolidado, não era só Prefeitura, o Tribunal analisava separadamente, ela considerava no cálculo e no cálculo de Pessoal, também, o Tribunal considerava o Orçamento separado, só o de Pessoal entrava, inclusive, o Jaguar Prev para a Prefeitura, não entrava a Câmara, então, não houve todo aquele aumento, o que estava lá entrava era a Ultra-Orçamentária, no anexo tinha vindo a Despesa do Jaguar Prev, com o Jaguar Prev eles tinham: aposentadorias e reformas, foi o valor passado, na verdade, a Câmara havia mandado e o Jaguar Prev havia mandado o dele, dois milhões e meio; disse ainda que se eles quisessem, ela montaria o quadro que foi sugerido, ela achava interessante porque daí teriam uma noção de como era composta a Receita e a Despesa de lá, também, porque lá ela tinha uma Receita e a Despesa prevista mas, a execução não tinha separada; aposentadoria era de dois milhões e meio, pensões um milhão, salário família foi aberta uma rubrica de um milhão porque ela era pelo sub-elemento, auxílio doença dois milhões e meio, salário maternidade quinhentos e cinquenta mil, outros Serviços de Pessoas Jurídicas estava dez mil e era uma rubrica aberta e Reserva de Contingência, trinta e cinco, duzentos e noventa que foi aquela questão que ela havia falado da diferença entre Receita e a Despesa, ia pegar a Receita naquele momento, tinha a memória de cálculo; Receitas do Jaguar Prev, contribuição do servidor ativo civil para RPPS, oito milhões quinhentos e cinquenta, remuneração de recursos principal renda fixa, seis milhões setecentos e noventa, remuneração dos Recursos do RPPS, aquilo era o que o Presidente havia colocado que eram os rendimentos que, por sinal, o mercado tinha sido muito positivo e o dinheiro estava sendo aplicado de maneira correta, o retorno foi extremamente positivo, aquele valor falado, foi o rendimento mensal, não era anual, era do mês passado; renda variável, cinco milhões, novecentos e cinquenta mil; contribuição patronal do servidor ativo, multa e juros, quinhentos e oitenta mil, contribuição do servidor ativo civil, multa e juros, tinha mil reais, também, era só para ter a rubrica, contribuição patronal do servidor ativo civil Intra-Orçamentária, onze milhões e trezentos, contribuição previdenciária para amortização do déficit cinco milhões novecentos e oitenta; contribuição dos débitos previdenciários de parcelamento, dois milhões e oitocentos, totalizando quarenta e um milhões e oitocentos e cinquenta e um mil, agora bem colocado pelo Presidente que aquilo representava dez por cento do Orçamento total; fez uso da palavra o senhor Afonso Lopes da Silva dizendo sobre a questão que o Wagner havia levantado, ele achava importante os servidores estarem acompanhando aquela questão da Previdência e que ficava a sugestão para estudar e depois reunir a Comissão, disse ao Bozó, para depois ver como poderiam conversar e montar aquela audiência pública porque ele achava importante vir até, o Wagner explicar os números, ligar o Jaguar com a Secretária de Finanças, era muito importante, então, que ficasse aquela proposta para ver como iria construir porque era importante para os servidores; naquele momento o senhor Afonso perguntou se tinha mais alguém para fazer uso da Tribuna; fez uso da palavra o Vereador Luiz Carlos de Campos dizendo à Sra. Cristina a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



respeito da Receita de Capital porque era um valor até bom...; com a palavra a Sra. Secretária disse que a grande parte era de convênios; voltando à fala, o Vereador disse que se viesse estaria bom; a Secretária disse que a previsão era que viria sim, referia na construção de quadra, construção de um Portal turístico no valor de duzentos e quarenta e três, a quadra duzentos e cinquenta, um milhão para reforma e ampliação do Centro Cultural, construção de uma fonte luminosa no Parque dos Lagos de duzentos e quarenta e três mil e setecentos e cinquenta, quatro milhões e meio da construção da escola do Vargeão, construção da creche do Primavera, dois e meio, construção da creche do Condomínio do Núcleo Jaguariúna I e II, dois seiscentos e cinquenta e quatro, trezentos e vinte e oito e cinquenta, recapeamento asfáltico,...(não) creche do Ipê, cinco milhões, equipamentos para a creche do Capotuna, cento e trinta e três mil, quatrocentos e cinquenta e um e treze, era aquilo, totalizando dezessete zero vinte e cinco, duzentos e setenta e nove, meia três; voltando à fala, o Vereador Luiz Carlos disse tomara que viesse e que estava torcendo para que viesse mesmo; com a palavra a Sra. Secretária disse que viria, aquele viria; naquele momento, o Presidente da Comissão perguntou se havia mais alguém inscrito; pediu a palavra o Vereador David Hilário Neto que desejou boa noite a todos, ao Presidente, nobres colegas, a todo servidor público que estava naquela Casa, naquele momento ele estava estreando o microfone e perguntou onde estava o Presidente (risos); ele gostaria de tirar uma dúvida com a Cristina bem, até crua, só para ter algumas informações, foi o aumento de catorze por cento de ICMS, ele estava fazendo algumas contas básicas de algumas Secretarias que subiram milhões e algumas que subiram irrisoriamente; ele perguntou se aquilo era uma questão de Governo, foi discutido entre as pastas para tomar aquela decisão, como foi decido? Porque ele via algumas Secretarias, como a Assistência Social, subindo quatrocentos mil apenas, dificilmente, iriam conseguir ampliar algum serviço, era só para ele conseguir entender; usou a palavra a Secretária dizendo que, na verdade, aqueles números tiveram, como ela falou de início, a questão como diretrizes, era uma vertente que era Plano de Governo e outros, as metas da ODS, agora, tecnicamente, a ampliação de projeto e tudo, ela achava que o André ou a Silvia poderiam até...; com a palavra do Vereador David dizendo que não era nem questão de...ele viu que foi muito baixo o aumento; com a palavra a Cristina dizendo porque tinham vários projetos, porém eram continuados, as metas da ODS, da Assistência Social, todas estavam em andamento, então, era assim, a manutenção das metas e dos serviços que existiam, agora quanto à ampliação de algum projeto novo em números, ela não tinha como falar, daí a Secretária poderia estar falando; com a palavra o Vereador dizendo que só usou o exemplo dela porque ele tinha visto a questão do valor, ele achou um aumento baixo pelo trabalho que era feito, o custo e, com certeza, a inflação, pelo menos, iria subir e ele achava que não estava sendo atingido, aquela era uma preocupação básica e que poderiam fazer aquele cálculo certinho; parabenizou também, porque ele tinha visto que subiu bastante o recurso para o hospital e que foi uma briga no ano passado porque estava em cinquenta e um milhões e aquela Casa pediu sessenta e um, foi dito cinquenta e cinco e nesse ano chegou a sessenta e três, então, ele acreditava que o hospital iria conseguir fechar as contas para dois mil e dezenove e que era uma tranquilidade para a população que estava muito receosa do que seria do hospital da Cidade; comentou ainda o que



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



ele vinha falando nas sessões da Câmara, era a questão de psicólogo, fono nas unidades escolares e que aquilo seria necessário via saúde, ele estava fazendo uns cálculos com o Bozó lá atrás e que estavam buscando algum tipo de Recurso para conseguir encaminhar para a Saúde para fazer aquele projeto via Saúde que, no hoje, a Saúde não tinha Recurso para aquilo; foi visto também, que o Orçamento da Câmara no ano passado foi de seis milhões e quarenta mil, nesse ano ele estava sendo provisionado para o próximo ano em cinco e oitocentos, uma diferença de duzentos e trinta mil, aproximadamente, com que foi gasto na Câmara e seria devolvido trezentos mil, com certeza, teria uma gordura para poder queimar, ele ia sugerir uma emenda de quinhentos mil reais, aproximadamente, que a Secretária falou que poderia ser utilizada lá para poder executar aquele projeto no próximo ano e ele tinha certeza que os nobres Pares iriam concordar, porque um Recurso que a Casa já havia mostrado que queria ficar bem enxuta para os próximos anos e era um Recurso que seria muito bem empregado para a educação das crianças, então, era a qualidade, e ter mais qualidade ainda; então, ele gostaria de sugerir, não sabia se os nobres Pares tinham alguma coisa para falar sobre aquilo mas, ele achava que conseguiram tirar da própria Casa aquele valor, quinhentos mil reais; ele viu a questão também do, só para concluir do saneamento, ele estava falando com a Rita há pouco, foi tirado da Gestão Ambiental e colocado no Saneamento devido à questão da falta de água no Município, ele acreditava que seria aquilo; com a palavra a Secretária Cristina Serra dizendo que seria interessante até, ela acreditava, a Rita se manifestar a respeito do assunto; voltando a fala o Vereador disse que a Rita poderia explanar um pouquinho que seria importante; a seguir, pediu a palavra a senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco dizendo que, na verdade, o Orçamento estava orçado em vinte e oito milhões, na verdade, precisava de trinta, vinte e oito e pouco, mas era o seguinte, na verdade, no momento, o grande problema na área de Meio Ambiente, na Secretaria de Meio Ambiente, era a questão do saneamento; no momento tinham uma capacidade, não era que tinha falta, estava certo, estavam com um rio bastante abaixo do que seria o normal, se eles fossem até a capitação iriam ver onde estava mas, não era aquilo que provocava a falta de água no Município, o que tinha provocado a falta Município, queria dizer, não estavam tendo falta de água, mas que poderia ter, era a questão de tratamento, então, a capacidade de tratamento de água no momento, era para quarenta e dois, quarenta e cinco mil habitantes e que estavam perto de sessenta mil habitantes, não se fazia investimento de ampliação, há mais de vinte e cinco anos, então, na verdade, o que foi feito no ano de dois mil e dezoito, ela podia falar por aquele ano como Secretária e a Luciana, ela não sabia se a Luciana estava e que ela poderia corrigir, eles fizeram algumas ações e a Luciana era uma pessoa que tinha toda a capacidade, conhecia toda a rede, graças a ela e a equipe toda que estava trabalhando, eles foram fazendo algumas ações paliativas, então, o que eles precisavam fazer? Na verdade, no momento precisavam ampliar a estação de tratamento de água, tinha dois filtros que não estavam funcionando, estava girando em torno de cento e oitenta litros por segundo e conseguiram, com algumas ações, ir para duzentos e quarenta litros segundo, puseram para funcionar cerca de oito reservatórios e duas estações de tratamento de esgoto que era a da Andorinhas e do Primavera e foram fazendo algumas ações de manutenção e de coisas para que não faltasse; mas era assim, se não fizesse um investimento alto, um investimento,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



realmente, para o próximo ano poderiam sim, vir a ter um racionamento de água em consequência daquilo; então, não poderiam deixar e que tinha um outro problema porque quando buscaram Recurso a nível Federal e nível Estadual, pela FUNASA não podiam mais porque tinha mais de cinquenta mil habitantes, então, partiram para o Federal, quando partia para o Federal, o Federal exigia que o Município fosse ou uma autarquia ou um terceirizado, não conseguia um financiamento para o Município que não tinha autarquia ou não fosse terceirizado; então, não conseguiram, mesmo tendo o Governo Federal do mesmo partido, quando ia cadastrar o programa, não conseguia seguir porque chegava até um ponto e não seguia porque não era autarquia; tinha uma legislação que criou a autarquia, mas ela não estava em ativo, então, a ideia para dois mil e dezenove era, realmente, partir para a autarquia, iriam enfrentar um problema que era um outro problema que ela achava que era a questão, no momento, que arrecadava do valor de esgoto, de água, ele não mantinha o serviço, então, a autarquia, se criasse a autarquia e não tivesse um reajuste de valor de água e esgoto, não iriam conseguir manter a autarquia, a Prefeitura teria que continuar repassando dinheiro para a autarquia para poder se manter o serviço; outra coisa que teriam que investir também, era a questão da rede até o Nassif, do Capotuna até o Nassif, conseguiram fazer, com mão de obra própria e com o material que já tinham, gastaram o mínimo, conseguiram fazer no Capotuna, ela não sabia dizer se eles observaram, recentemente, fizeram do Capotuna até a ponte do São José mas, precisavam fazer da ponte do São José até o Nassif porque como era a área mais alta, tinham a dificuldade para que chegasse lá; então, o investimento de vinte e oito milhões era muito maior na rede de água e de esgoto, no momento estavam tratando cerca de setenta e quatro por cento, passaram de sessenta para setenta e quatro por cento da rede de tratamento de esgoto e tinha toda a área central, Nova Jaguariúna, Botânico toda aquela área, ainda sem rede, então, também, tinham que fazer aquela rede, por isso que foi pedido para ser um investimento muito maior na área de saneamento básico do que na área de meio ambiente, não que uma...mas o investimento tinha que, no momento, infelizmente, senão iriam sofrer no próximo ano com racionamento, sim, de água; teve feriado e que foi um sufoco, a equipe ficou vinte e quatro horas monitorando os reservatórios porque o consumo foi muito alto, seis dias de feriado, era calor, então, tinha que ficar monitorando o tempo inteiro para que não tivesse falta; disse que o investimento precisava ser urgente, era para ontem, para ontem, porque já estavam com um projeto, já tinha um projeto, o projeto foi feito para trinta anos, era de dois mil e oito, estavam atualizando o custo do projeto e já havia se passado dez anos e tinha para vinte anos mas, o projeto ainda era válido, então, eles tinham o projeto; outra coisa que estavam buscando era contra-partidas dos loteamentos, dos loteadores que estavam no Município, aliás a Cidade, ela pediu desculpas mas, estava com loteamento para todo lado e aquilo era complicado porque já não tinha água e se ficasse autorizando, então, tinha que ter sim, uma previsão; eles estavam com contados com vários loteadores para tentar conseguir contra-partida, ela já tinha feito contato com uns quatro, cinco, inclusive para investir aqui, então a contra-partida...o que o Município...qual a contra-partida que o loteador iria dar? Ela precisava da ampliação da rede de água, de tratamento de água, não precisava de outra coisa, precisava daquilo, estavam pedindo, até porque para lançar o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



loteamento tinha que ter água, se não tivesse água, então era, mais ou menos, naquele aspecto que estavam trabalhando, se tivesse alguma dúvida, ela estava à disposição; a seguir, pediu a palavra o Vereador David Hilário Neto só para concluir o que a Rita falou e era até importante falar da questão dos loteamentos e que estava lhe preocupando bastante, porque estava tramitando na Casa um projeto de lei liberando prédios de doze andares na Cidade e a situação que estava a Cidade, no momento, liberar aqueles empreendimentos só tinha a piorar a situação, então, era bom para a Casa poder analisar alguns meses que teriam audiências públicas para discutir aquilo, porque ia aumentar, absurdamente a questão da população e a desordenada que eles sabiam como funcionava a especulação imobiliária na Cidade, então, era bom tomar muito cuidado com aquilo; com a palavra, novamente, a Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco dizendo que uma coisa era fazer loteamento, o loteamento demorava dois, três anos para começar a construir e utilizar, o prédio não, ele ficava pronto, morou e um ano, era imediato, eles tiveram um forte influência quando foram entregues os feitos pela HM, no ano passado e sentiram aquilo direto, o pessoal mudou e aumentou, tiveram em dois mil e dezessete um aumento grande de população, a Andrea estava lá e ela sabia muito bem e só a Assistência Social fez ano passado e continuava ainda fazendo, dez transferências de cadastro único, eles sabiam o que era aquilo? Eram dez famílias por semana que estavam mudando para o Município, aquilo era real, uma coisa era a família que morava no Município e ficava em situação de vulnerabilidade e precisava fazer o cadastro único outra coisa era fazer transferência de cadastro único, a pessoa estava numa cidade e transferia o cadastro para cá, era para imaginar, só na Assistência Social; pediu a palavra o Vereador David Hilário Neto dizendo a Rita e só para aproveitar disse à Andréa só para saber se o valor era suficiente ou se era possível, naquele momento poderia até aumentar, se fosse o caso, a pasta dela, porque aquele aumento que estava tendo mensal, ou se ela achava que aquele Recurso que estava sendo destinado equivalente ao ano passado estava sendo suficiente? O Sr. Presidente da Comissão disse que, antes da Rita responder, ele perguntou à Cássia se era sobre aquele assunto que ela queria falar (som não audível) então, ele disse que iriam encerrar aquele assunto, esgotar aquele assunto e depois voltaria para a Cássia; pediu a palavra o Vereador Luiz Carlos de Campos dizendo à Rita que só queria fazer, se ela permitisse, era uma preocupação deles e até foi apresentando um projeto de emenda de Lei Orgânica porque, num consenso dos Vereadores seriam contrários à terceirização do serviço de água e esgoto, eles entendiam que o Município de Jaguariúna tinha condições de...ele perguntou à Rita se não teria aquela possibilidade, porque eles sabiam que alguns municípios terceirizavam os serviços; com a palavra a senhora Rita Bergamasco dizendo que terceirizar não, já tinham a legislação da autarquia, a autarquia já estava criada o que ela não estava era constitucionalizada mas, já tinha a legislação criada, inclusive até tinha um pequeno orçamentozinho, disse a Cristina que elas tinham conversado, então na verdade, a questão da terceirização, aquela possibilidade o Prefeito não queria, já estiveram conversando com o Prefeito e que iriam partir para a autarquia já aproveitando a legislação que tinha e fazendo, talvez, uma discussão se eles quisessem, poderiam se propor a fazer, dar uma revisada na lei que já era uma lei mais antiga, mas autarquia, terceirização estava fora de cogitação; com a palavra o Vereador Luiz Carlos de Campos dizendo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



que até porque a Câmara era, praticamente, unânime e contrária; novamente, com a palavra a senhora Rita Bergamasco que disse que terceirização estava fora de cogitação, o Prefeito era contra, na verdade, iriam trabalhar na questão de autarquia; a seguir, pediu a palavra a Vereadora Cássia Murer Montagner desejando boa noite a todos e que ela estava ficando bem esclarecida com relação, por exemplo, social e a questão do saneamento porque, realmente, se não estruturasse aquilo teriam muitos problemas lá na frente; disse ainda para a Cristina que ela estava vendo lá, a questão da Educação, aplicação de trinta e oito ponto oito, era aquilo mesmo, ela estava entendendo direitinho? Com a palavra a senhora Rita dizendo que era sim; com a palavra a Vereadora Cássia dizendo que era um aumento significativo; com a palavra a Secretária dizendo que era um aumento significativo, estavam contando com a questão de contra-partida de creche, a questão de ampliação, segundo as metas da ODS, a Secretária de Educação também estava lá se pudesse...; com a palavra a Vereadora Cássia dizendo que queria falar um pouquinho que, por outro lado, só por isso que a Rita tinha falado, por exemplo, dez famílias que vinham para a Cidade por semana? Entre outras coisas, disse que eram dez famílias que vinham por semana; com a palavra a Secretária dizendo que era uma média; voltando a fala à Vereadora esta disse que era para a Cidade, daquelas dez famílias quantos alunos elas traziam novos para a rede de Educação, embora, a educação era uma, se ela estivesse errada, disse a Cristina, que fosse corrigida, a área que mais sofria, porque ia inchando e já tinham uma questão de creche deficitária que era histórico, não só em Jaguariúna, era nacional e ela acreditava que aquele déficit, no momento, estava atingindo e talvez a Cristina poderia estar falando um pouco, estava atingindo, também, o ensino fundamental, precisava construir escola, precisava também, crescer naquele aspecto ainda mais para partir para a questão do integral, era uma coisa complicada; só aproveitando porque ela não sabia se daria chance para ela, novamente, era a questão de boatos que estavam saindo por aí, ela perguntou à Cris, só para tranquilizar as pessoas, salários para o ano, décimo terceiro tudo ok? A Sra. Secretária de Administração e Finanças disse que estava tudo ok; com a fala a Vereadora perguntando se no próximo ano também; a Secretária disse que estava ok, décimo terceiro, também; com a palavra a Vereadora Cássia que disse que estava tudo garantido; naquele momento o Sr. Presidente da Comissão perguntou se a Cristina Catão queria falar, ele tinha ficado na dúvida, porque teria que ir até lá; disse que depois da Cristina, passaria a palavra para ao Vereador Waltinho; porém, pediu, novamente, a palavra a Vereadora Cássia dizendo que, às vezes, as pessoas viam número absolutos e tudo e ficavam pensando que a Educação estava nadando em dinheiro, ou porque não fazia isso, ou aquilo, na verdade, aumentava muito a demanda, aquele era o problema; a seguir, usou a palavra, devidamente, inscrita, a Sra. Cristina Pinto Catão Bonini Hosikawa, Secretária Municipal de Educação, que cumprimentou a todos, aos nobres Vereadores, à população, aos funcionários presentes, disse que a Educação era uma área que vinha se expandindo muito, conforme a Cássia anunciou, assim como também, o que eles recebiam de outros Municípios, então, que havia um projeto de ampliação de escola, que eles tinham várias escolas para ampliação e também, no PAR, a construção de uma nova escola, período integral, isso já estava no convênio também, e uma questão também, da Educação, era o aumento na própria folha de pagamento, a Educação até



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



dois mil e dezessete tinha quinhentos funcionários contratados como RPA, desses quinhentos, grande parte entrou em folha de pagamento e a outra parte, fizeram, então, estavam fazendo o repasse das cinco creches para Organização Social, então, os encargos da MEI, do RPA, acabava sendo muito menor dos encargos através da contratação, da oficialização, da legalização. O Presidente da Comissão, Vereador Afonso Lopes da Silva agradeceu, chamando o Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo que tomou a palavra dando boa noite a todos, ao Presidente, também aos nobres Vereadores presentes, à Vice Prefeita que era uma honra recebê-la naquela Casa, e aos demais Secretários Municipais que acompanhavam aquela audiência, primeiramente, parabenizou à Secretária Cristina pelo trabalho elaborado ali na confecção daquele projeto, sabia que não era fácil, concentrar todas as informações sobre uma única secretaria ou sobre uma única pessoa, para poder sair um planejamento que atendesse todas as demandas do município ao longo dos doze meses que iriam seguir, que sabia de todas as dificuldades financeiras que o município enfrentava e atravessava, como um contexto geral, até em nível Brasil, isso vinha acontecendo, percebiam também umas mudanças nas pastas, alguns ampliados, outros mantidos ao status que se encontrava naquele ano, e a Receita, que achava seguir também o modelo da receita caseira, que tinham em casa quando as dificuldades aconteciam, que apertar os cintos, e cortarem os supérfluos, para poderem manter o essencial; uma administração tinha que estar sempre focada nos seus objetivos, metas e, principalmente, saber exatamente o que queria, aonde chegaria, e em quanto tempo iria atingi-la; naquele dia, a peça orçamentária apresentada trazia algumas mudanças, e daquelas mudanças ele acreditava estarem dentro de um planejamento de execução de necessidades daquela cidade, que aumentavam a cada dia, a sua pergunta inicial era: na confecção daquela peça e daquele trabalho feito pela Secretaria de Administração, a demanda crescente, os problemas latentes, que enfrentavam em nível social, infraestrutura, saúde, enfim, em todos os problemas que a cidade estava apresentando de uma maneira crescente, em virtude de estarem em uma Região Metropolitana, foram contemplados, ou teriam que ter medidas adicionais ao longo de dois mil e dezenove para poderem apagar os incêndios que, eventualmente, viessem a ocorrer junto à algumas pastas e junta à Administração como um todo? A Sra. Cristina Serra respondeu que, na verdade, as pessoas, era como a Cássia havia colocado, a pessoa olhava os números, e o número era muito frio, e muitas vezes ilusório, não tinham noção do dia a dia, que aquela peça orçamentária, há muito tempo ela não vinha sendo feita daquela forma, foi sentado com os Secretários das maiores pastas, que sentaram, que elaboram o orçamento. E ela vinha desenvolvendo um trabalho que começara pela saúde e solicitou para que não chegassem ao extremo de falar: "olha perdi o controle orçamentário, da situação". Treinaram uma pessoa da Saúde, que ficou três meses na contabilidade e aprendeu tudo, então, ela fazia a gestão do orçamento da Saúde, ela já fazia o orçamento da Saúde. E tiveram outra medida, que a falta de controle acabava causando aquele desequilíbrio; mudaram o sistema integrado da Prefeitura que naquela hora começaram, no dia anterior, começou a rodar e estava em teste, estavam criando as senhas dos usuários, porque cada Secretário, dentro daquele número que passou, para a secretaria de finanças, dentro das metas que tinha ciência, da meta do Governo e das Metas De



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Desenvolvimento Sustentável que seriam auditadas, também, pelo Tribunal de Contas, ele faria a gestão orçamentária; disse que a Secretaria de Finanças fazia a gestão de finanças, deu exemplo de uma Secretaria "X" dizia que precisava comprar um carro, finanças dizia que teria um aumento de arrecadação em abril, que ele poderia comprar o carro em abril. Naquele dia tinha aquela dificuldade tanto de despreparo de servidores, então, chegava tudo para que a "Finanças" resolvesse; que aquilo então, graças a Deus, a partir daquele momento cada Secretaria faria sua gestão orçamentária, e que colocou o Departamento de Contabilidade à disposição, e que a Cristina Catão já tinha separado uma servidora que iria ficar lá, que aprenderia a fazer a gestão orçamentária dela. Dentro do que? Se a Secretaria passou pra ela, sabia que as metas que ela tinha que atingir; que ela, Cristina, sabia as metas financeiras, físicas, que os projetos de cada Secretaria, parte técnica, cada Secretário faria a gestão, se aquela Secretaria passou aquele número, aquele orçamento foi atendido, ela teria que ter alguém que fizesse a gestão daquele orçamento. A pessoa falava que tinha, que faria tal coisa, então, veria se teria dotação, ah não tinha, então não teria. Antes de trazer a informação do que ele queria, ele já saberia o que não teria. Então, era uma peça muito próxima da realidade, justamente, por aquele motivo, mas, que estavam sujeitos às variações que, por exemplo, a Rita colocou, que a Secretaria de Assistência Social colocou, que tinham uma reserva de contingência da Prefeitura, pequena, em proporção ao total do orçamento, era pequena e que não tinha muito no que mexer, estava em cima de cada projeto de cada um, mas acreditava que as variáveis podiam ocorrer sim. Naquele momento tinham uma demanda a ser atendida até pelo Tribunal de Contas, a parte de concursos também, a necessidade de terem servidores concursados, que foi apontado no último relatório, teriam que fazer outro concurso que havia uma previsão orçamentária em cima daquela contratação, das Secretarias pontuais, dos cargos que o auditor apontou, que as coisas poderiam acontecer mesmo, que tinham projetos novos, em todas as áreas mas, que o Secretário passou a necessidade e dentro daquilo que tinham de estimativa de Receita era que iriam trabalhar. Disse que a intenção era que em dois mil e dezenove tinham que fechar muito bem, pelo menos dentro do controle, que a ordem era essa. Pediu, novamente, a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que disse que faria uma segunda colocação e, final também, que não sabia a quem competia a resposta tanto que iria dirigir-se a ela, Cristina Serra, que se sentisse podendo responder, agradecia; questionou: sabia que qualquer administração precisava de prioridades e, naquele momento, tinham um sinal de dificuldades para enfrentarem, que a Administração fazia um planejamento orçamentário visando todas as áreas, e que se dissessem que tudo era prioridade, faltou planejamento, faltou foco, faltou, talvez, capacidade de prever o futuro, e que ele gostaria de saber, naquele momento, se era possível, as prioridades para dois mil e dezenove, dentro do planejamento estratégico da administração municipal? A Sra. Cristina Serra respondeu que, no momento, ela sentia que seria a questão da água, sem água não faziam nada, sem água não tinham saúde, não tinha educação, não tinham nada; ela numeraria assim em primeiro lugar, e se tinha alguém que tinha mais alguma ressalva; o Sr. Presidente Silva chamou a próxima pessoa inscrita para falar na tribuna, devidamente inscrita, a Sra. Fernanda Santana, Diretora Administrativa da Secretaria de Obras, que na tribuna cumprimentou a todos e que gostaria de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



cumprimentar a Vice Prefeita, Rita Bergamasco em nome da qual cumprimentava toda a mesa, seus colegas de trabalho, Secretários, o Alexandre também da Secretaria de Obras, e gostaria de fazer somente um comentário, com relação ao que o Waltinho perguntou sobre planejamento das Secretarias que apresentavam o orçamento, de que forma chegavam aquele orçamento, que estava ali representando o Lucas, que não pôde estar presente; eles fizeram uma reunião, mais ou menos em setembro e outubro, quando começaram a discutir algumas pautas que estavam previstas para aquele ano, que algumas coisas, de repente, não deram para ser cumpridas, por algumas razões, então, eles elencavam todas as suas prioridades, tinham todos os serviços de manutenção das vias públicas, que não era um serviço barato, que tinha a manutenção de vias públicas, na limpeza de varrição, roçagem, tapa buraco, a manutenção da iluminação pública, a gestão de toda frota municipal que, aliás, já era uma frota bastante antiga, que vinha dando bastante trabalho, por não terem como parar, a atividade dela era constante, entre outros serviços; então, diante daquilo eles conseguiam montar o que eram as suas prioridades, o que pretendiam fazer de melhoria, então, dentre algumas prioridades, estavam terem pontos de entrega voluntária dos resíduos de construção civil, dos resíduos volumosos, que estava ali o Alexandre que estava trabalhando firmemente naquilo, que aquele era um trabalho que atendia à Política Nacional de Resíduos Sólidos que, então, pretendiam implementar em dois mil e dezenove, estavam trabalhando para isso, porque a partir daquilo também dependia o novo projeto para aquela regulamentação do resíduo da construção civil que já estava tramitando na Prefeitura e também estavam trabalhando fortemente na busca de recursos para o recapeamento asfáltico, porque a cidade tinha vários pontos que precisavam ser recapeados, tinha sido feito recentemente o Berlim, ia ser feito um novo que foi aprovado, já estava na licitação, então, estavam trabalhando fortemente naquilo, além da manutenção; tinham também o problema do lixo que ficava lá no cantinho escondido, mas que tinham que fazer o novo transbordo, precisavam cobrir a área, que era uma exigência da CETESB, então, estavam trabalhando fortemente naquilo também; disse que, dentre diversos setores eles tinham diversas prioridades além da manutenção que não podiam deixar. E gostaria de deixar claro também que fizeram reuniões com os servidores municipais, cada diretor reuniu um grupo, fizeram uma dinâmica em que eles também participaram daquele planejamento para dois mil e dezenove, porque os servidores estavam na prática e sentiam a necessidade, como poderiam mudar alguma logística, alguma situação, e aquilo foi muito positivo, era, então, um trabalho em equipe e era um trabalho positivo, valorizando o servidor e o trabalho deles. Agradeceu. A seguir, o Sr. Presidente Silva agradeceu à Fernanda da Secretaria de Obras, anunciando que o próximo era o David e depois estava inscrita a Secretária de Assistência Social a Andréa; a seguir, pediu, novamente a palavra o Sr. David Hilário Neto que disse que ia fazer três perguntas, rapidinho eram três perguntas; iniciou parabenizando à Fernanda pela explanação, dizendo que era importante saberem como funcionava esse processo da questão do recurso, porque eles, Vereadores, cobravam muito as Secretarias, e eles sabendo da forma como estava sendo estudado tudo aquilo, era muito importante, porque planejamento era fundamental para qualquer caminho de sucesso, e que gostaria de falar três coisinhas rapidinho, referiu-se à Cristina, perguntando a respeito da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



reposição e perdas salariais, o que estava sendo planejamento para o ano que viria, para o servidor público; a Sra. Cristina interrompeu e perguntou se era previsto em orçamento? O Sr. David respondeu que era em orçamento, e continuou dizendo que no último dissídio, na última discussão Sindicato, servidores, eles, Vereadores, foi discutido que só seria dado dois por cento, mas que naquele ano de dois mil e dezenove, já com o aumento do ICMS e outras Receitas previstas começaria a pagar as perdas anteriores, e perguntou se havia previsão para isso ou não. A Sra. Cristina respondeu, pagamento de perdas, se pegassem o quadro de gastos com pessoal, que a previsão estava em torno de quarenta e cinco, e o Sindicato falava em perdas em torno de dez por cento, então, numa continha muito fácil, e veria que não seria possível, entraria em cinquenta e cinco por cento já tinha até passado do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, Poder Executivo, que seria cinquenta e quatro por cento; então, ela tinha colocado, inicialmente, uma previsão de dois e meio a três por cento, porque o benefício concedido, no ano passado, do vale, sempre confundia, refeição, não estava falando da cesta básica, estava falando do vale refeição, então, eles tinham uma despesa anual, eles forneciam, pagavam para setecentos, que iam almoçar no restaurante, em torno de duzentos e trinta mil por mês, e concediam, naquele momento, de vale refeição para mais de dois mil funcionários, que, então, pela média um mês e as variáveis, da própria legislação, se a pessoa estava de folga, de férias, uma média de seiscentos mil por mês dava mais de sete milhões por ano, então, aquilo ali se fosse considerar que tinha uma folha de pagamento em torno de dez, ela teria passado meia folha de pagamento a mais, por ano; os dez por cento, a reposição de dez, pela legislação ali estava muito claro que ela não tinha condições, se entrasse no cinquenta e um já teria que demitir comissionado, etc, e dali ia; tinha a escala legal das providências que teriam que ser tomadas. Disse que naquele dia, o vale refeição, o que percebiam era que as pessoas incorporaram ao salário, a grande maioria que ela via lá no Paço Municipal era que todo mundo levava sua marmita, então, quem ganhava mil e quinhentos por mês, teve vinte por cento de aumento, aquilo já tinha entrado no orçamento da família; a pessoa levava a comida e não gastava os quinze reais por dia, entenderam, perguntou; então, se ela pegasse mil e quinhentos reais, e colocasse trezentos reais por mês, ela teve vinte por cento, e se chegasse pra ela e falasse: "olha, você teve vinte por cento de aumento, ela falaria: não, que ela não teve." Mas ela levava marmita. Ela sabia disso porque eles tinham quase que marcar horário para almoçar na Prefeitura, todo mundo levava comida; então, ainda estavam na questão das variáveis, da questão que a Cris, Secretária da Educação, havia falado da incorporação, que tiveram um pessoal que fizeram a rescisão que tinha sido a questão da contratação temporária, dia quatorze ou quinze saíria da seleção curricular, então, eles tinham muitas variáveis ali, e o orçamento foi feito pela memória de cálculo, então, ela colocou três mas, tecnicamente já olhava ali nos quarenta e cinco, e sabia que dez ficava impossível de dar, ainda que tivessem a maior boa vontade, que já chegava em cinquenta e cinco. O Sr. David Hilário Neto pediu, novamente, a palavra e disse que o PCA pelo visto, fecharia em aproximadamente tres ponto oito, quatro, que o medo dele seria o funcionário continuar perdendo conforme o passar dos anos, que aquele ano, no mínimo, a inflação. A Sra. Secretária de Administração e Finanças disse que estava fazendo estudo justamente, esperando aquela



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



variável da Secretaria de Educação, que tinha o maior número de servidores, e a própria Saúde, a Saúde tinha dado uma boa enxugada mas, a Educação por uma necessidade mesmo, ela não tinha condições, naquele momento, então, até o período de negociação quando chegasse janeiro e fevereiro ela teria um número muito próximo para fazer aquela projeção com maior precisão, até porque o projeto da Educação também era contratar, não sabia se mais uma, ou OSCIP, confirmou com a Cris, da Educação, e já daria uma aliviada naquela questão dos temporários, porque não sabia se havia condições, porque a OSCIP era só Educação Infantil, e tinham o fundamental ali, que tinham os professores, então, ainda estavam numa fase variável ainda, mas colocou os três, e assim, pedia, falava com os servidores que considerassem a condição também, do vale refeição, porque ninguém ia comer nos restaurantes, aliás ela até achava que teria uma procura muito grande nos restaurantes da cidade, que podiam andar por lá no horário de almoço, não estava tudo aquilo lá que eles esperavam, pelo menos lá no Paço Municipal, o pessoal estava fazendo vaquinha, para comprarem microondas, todo mundo levando comida, quem ganhava mil e quinhentos reais, trezentos reais entrou no orçamento da família, a pessoa não comia... pediu, novamente a palavra o Sr. David Hilário Neto dizendo que só iria emendar duas perguntas e aí, ela responderia de uma vez só. A Sra. Cristina respondeu Ok. O Sr. David continuou dizendo que a questão do Judiciário que foi de dois milhões para cinco milhões e duzentos mil; a Sra. Cristina explicou que era uma subfunção aquilo lá. O Sr. David continuou, e disse que era perfeito, e a outra questão seria que ele havia recebido o Presidente da Associação Padre Gomes, o Senhor Galvão, e ele estava falando a respeito do repasse da Prefeitura para eles e que naquele momento eles atendiam de sessenta crianças, e um repasse de aproximado de duzentos e oitenta reais por pessoa, eram sessenta crianças e sessenta idosos, se não lhe falhava a memória, entre outras coisas disse que fazia oito anos que não havia um repasse do Município, aumento naquele repasse do Município, e que sabiam que naquele momento as entidades, as associações não viviam mais de voluntariado, havia acabado aquilo, há muito tempo, e se incorporava, muitas vezes, no Poder Público, e não sabia se era correto aquilo, mas era o que acontecia, sabiam a importância, naquele momento, dos idosos, quanto para as crianças lá em frente, qual era a sua dúvida, ele havia deixado muito claro que não aumentasse aquele repasse, ele faria uma Sessão Extraordinária, e teria que fechar a entidade, porque ele estava tirando do bolso, não teria mais condições de arcar com tudo aquilo, com aquele aumento de quatrocentos mil reais apenas, na Assistência Social, não via nenhuma projeção de aumento; então, iam deixar fechar, ou remanejaria ou feito algum estudo, rápido, para conseguir suprir aquelas necessidades das entidades, perguntou; o Sr. Presidente da Comissão disse que, aproveitando, a próxima pessoa a usar a palavra seria, a Secretária de Assistência, Andréa Lizun; o Sr. David Hilário Neto disse à Andréa que a hora de arrumar dinheiro era aquela. O Sr. Presidente alertou ao pessoal que fosse subir ao Plenário, era para ter cuidado com a escada lá; a seguir, usou a palavra, devidamente, inscrita a Sra. Andréa Dias Lizun Bergamasco, Secretária Municipal de Assistência Social que disse que era chique, deu boa noite a todos, e queria cumprimentar todas as autoridades presentes e que aquilo que o David tinha dito era verdade mas, que queira situar só um pouquinho, que haviam implantado a Lei, do Marco Regulatório, que era a Lei 3.019, tinha de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



ser implantada, até por conta da Responsabilidade Fiscal, Tribunal de Contas, eles tinham que ter aquele repasse e, antigamente, era subvenção, então, era passado por subvenção, aí a Lei de 2014, e aí organizaram-se em 2017, e conseguiram implantar aquilo; comentou algo sobre o microfone e que estava muito chique ali, continuou, dizendo que conseguiram implantar em 2018, então, eles tinham, mudou-se, então, as entidades precisaram, realmente, se estruturar, que agora era compra de serviço, então, tinham quatro entidades que eram o Lar Feliz, que eles compravam serviço, a AJJA, Associação do Jovem Aprendiz, o Padre Gomes que tinha a parte das crianças, sessenta crianças e sessenta idosos, e a APAE, e ia dar um exemplo muito claro para todos entenderem porque eles tinham que comprar aquele serviço; porque se tivesse que abrir um abrigo Municipal de Criança, de acolhimento, ficava muito mais caro, então, saía muito mais barato a compra de serviços; então, aquela era um tônica que estava muito naquele momento, as entidades, o Brasil inteiro teve que se adaptar, e sentiam mesmo que eles precisavam de um aumento, o que conversaram com todas as entidades, e naquele dia mesmo, o Galvão esteve no CREAS, e que ficava difícil, as entidades não podiam se manter só com o Poder Público, aquilo estava na Lei do Marco Regulatório, então, eles tinham que ter a contrapartida deles, e viam muito a APAE fazendo bingo, estavam em busca de outras fontes mas, enfim, o que colocavam, era que tinham que fazer o termo, para ser bem prático para todo mundo, tinham que fazer o termo de aditivo, para eles não ficarem sem o repasse para o ano que viria, já para janeiro, o que sugeriam, que iria ver com a Cris, que se conseguiriam dar um aumento do índice da inflação, que já tinham conversado com todos, com o Lar Feliz, com o pessoal da AJJA, com o pessoal da APAE e o Padre Gomes que tinha a maior dificuldade, e fora ele quem colocou, então, de repente o índice da inflação não seria uma situação assim que, porque eles já tinham que fazer aquele termo de aditamento, para não terem que abrir um chamamento, porque o chamamento demoraria, teria que ficar publicado trinta dias, era toda uma burocracia que eles tinham que cumprir, que aquilo era uma exigência do Tribunal de Contas, então, de repente naquele aditamento, para não interromperem o repasse que já existia, poderiam rever com o Jurídico se daria para por o índice da inflação, estava dando um exemplo para conversarem, perguntou se não era para a Cris, que respondeu que valia à pena conversar com o Dr. Fabiano; a Sra. Andrea continuou, dizendo que era para não interromperem o serviço, porque se tivessem que fazer um novo chamamento, interromperia o repasse em janeiro, porque sempre demorava um pouquinho; e queria colocar só que a Secretaria, quando assumiram, eles vinham cumprindo as metas do Governo, aquela era uma meta, implantar o Marco, dentro do Marco Regulatório, dentro da Lei, porque o Tribunal de Contas, a Lei 13.019, o Tribunal de Contas acompanhou toda, não sabia se o pessoal do Jurídico estava ali, a Cris, o pessoal do Tribunal de Contas veio fiscalizar e até na última vez que veio, a auditora a elogiou que estavam no caminho correto, na implantação de tudo, porque ele não era fácil, porque as entidades tiveram que se adaptar também, então, elas tiveram que se profissionalizar, a questão era aquela; quis colocar, também, que eles vinham trabalhando fortemente com as famílias, mudando a questão, tirando um pouquinho das entidades passando um pouquinho para assistência social mesmo, a questão do trabalho que vinham fazendo no meio daquela crise toda com as famílias, então, quando eles



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



falavam: “encaminha para os CRAS, encaminha para o CREAS”, já quando era situação de violência de, porque lá eles trabalhavam com as famílias; então, trabalhar com as famílias, era através dos Programas, incluí-las no Cadastro Único para que elas recebessem o benefício do Bolsa Família; uma estratégia que usaram com o Plano de Governo, como não teriam dinheiro para estarem implantando, disse ao público que seria rapidinho que já estava finalizando, para estarem implantando um CRAS em todas regiões de vulnerabilidade do Município; disse que implantaram Assistência Social no seu Bairro, em parceria com a Cristina Catão, que cedera as escolas para poderem atender às famílias nos bairros que não tinham CRAS e fazerem aquela busca ativa nos bairros, como naquele dia que fizeram no Florianópolis, saíram lá da escola do Florianópolis e fizeram a busca ativa e aí se incluía a família no Cadastro Único, se estava buscando as famílias do bairro lá que estivessem em situação de vulnerabilidade, então, era aquilo, a Secretaria vinha tentando trabalhar dentro do Plano de Governo mas, também usando estratégias dentro da questão da economicidade mesmo, mas não deixando de atender e trabalhar com a autonomia das famílias, que era o mais importante; colocou-se à disposição para maiores esclarecimentos. O Sr. Presidente agradeceu à Secretária. A Sra. Cristina Serra agradeceu a todos, a contribuição que vinham fazer uma audiência e que acabavam aprendendo mais, até quem fazia, ia conseguindo aperfeiçoar, para que ficasse melhor o entendimento, que acabavam usando alguns termos técnicos que estavam acostumados mas, de repente, nem todo mundo entendia, e era muito bom saberem a diretriz de cada dia melhorar, de maneira que todos pudessem entender. A Sra. Andréa disse que toda hora estavam lá na Cris, e confirmou com ela e a Sra. Cristina respondeu que era assim mesmo, que aprendiam mesmo. A Sra. Andréa disse que era verdade e pediu licença a todos e agradeceu. A seguir, o Sr. Presidente SILVA anunciou o próximo inscrito, e era a Sra. Maria Rita Elisa Granato, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, dizendo que na falação dela encerrariam as inscrições e partir dali para o encerramento da audiência, a seguir, usou da palavra, devidamente inscrita, a Sra. Sra. Maria Rita Elisa Granato, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, que deu boa noite a todos e perguntou à Cristina Serra que, no ano passado, discutiram a porcentagem do aumento salarial e que tinha sido colocado pela Prefeitura que eles estariam colocando mais funcionários, achava que eram quase cento e cinquenta funcionários, que seriam aquelas contratações temporárias; naquele dia tinham em torno de quase duzentos funcionários a menos, por causa das OSs; as OSs não entravam na folha de pagamento, eram despesas à parte, acreditava ela; disse que, segundo o Senhor Prefeito nas reuniões da mesa de negociação, ele os incentivaram que aquele ano, o ano de dois mil e dezenove, poderiam ter até um aumento a maior; dez por cento, a achava que seria um sonho e citou o Waltinho, diante da situação financeira, do País, mas que acreditava que mais de três por cento, iam jogar a inflação lá que ainda tinham que esperar um pouquinho e mais um pouco daqueles anos que não foram dados, acreditava que dava para chegar mais do que três e meio e queria falar também da refeição, tinha o hábito, não tinha vindo na do dia anterior porque estava no sindicato, mas, tinha o hábito de vir nas reuniões às quartas feiras, e na última que foi, através do Waltinho, viu o valor alto que acabaram dando as refeições em questão do restaurante mas, a refeição, ponderou que podia estar errada, e que a Cristina



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Serra a corrigi-se mas, a refeição não fazia parte da folha de pagamento, ela fazia parte de uma despesa à parte, contribuía sim, mas acreditava que não podiam jogar a refeição como aumento salarial, era um complemento, até era mas, não como aumento ou reajuste salarial, e como ainda tinham uns meses para discutirem a reposição salarial, que mais em fevereiro iriam saber a porcentagem que estaria; então, que pensassem mais um pouquinho, que fossem até lá, e queria saber porque o Prefeito falou com tanto entusiasmo, com relação ao aumento, que ele falou com muito entusiasmo; e quis deixar claro ali, que se naquele dia, tinham uma Educação de primeira, estavam em primeiro, segundo lugar, primeiro da Educação, e também outros lugares, a Rita, tinha uma equipe que gostava do Departamento de Água, gostava muito do pessoal, porque eles falavam com muito amor e muita dedicação, que tinha ficado muito feliz com a Fernanda que ela trazia o servidor para si, para ajudarem na elaboração, como ela dizia, valorizando, ótimo; mas, que também precisavam ter a valorização no salário, não podiam esquecer que conseguiram fazer um excelente Executivo, sem eles o Executivo não seria nada. Agradeceu. A seguir, o Sr. Presidente da Comissão de Orçamento perguntou se havia mais algum inscrito, e não o havendo, agradeceu a atenção e presença de todos, achando que assim era que conseguiam construir a transparência, através das Audiências Públicas e sabia que estavam fazendo ali para cumprir a lei, mas que era sempre importante, como a Cristina Serra própria falou que acabavam aprendendo, sabia que ali tinham muitos números, era uma questão importante, aquela questão dos números mas, eles também, com a presença dos servidores, acabavam também aprendendo, que outra coisa era que a expectativa para dois mil e dezenove, sem dúvida alguma, era de que o país voltasse a crescer, achava que o crescimento econômico, as prefeituras poderiam arrecadar mais, poderiam, de certa forma, planejar melhor suas ações sociais, então, não tinham outra saída, o país tinha que crescer para que pudessem melhorar a vida das pessoas, os municípios pudessem arrecadar mais; então, era aquilo, agradecia a atenção de todos e que a Câmara Municipal estaria sempre à disposição deles, para que conseguissem fazer uma cidade com bastante discussão e bastante transparência. A seguir, encerrou a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.


Vereador Afonso Lopes da Silva
Presidente


Vereador Cristiano José Cecon
Vice-Presidente


Vereador Luiz Carlos de Campos
Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ofício n.º 1006/2018.- PRE

Jaguariúna, 3 de dezembro de 2018

À Sua Excelência o Senhor
Márcio Gustavo Bernardes Reis
Prefeito Municipal
Jaguariúna – S.P.

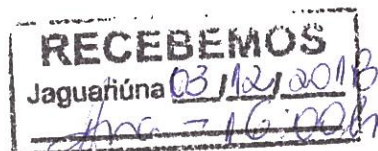
Senhor Prefeito

Passamos às mãos de Vossa Excelência a solicitação da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, protocolada nesta Casa, sob nº 1.854/2018 desta data, informando sobre equívoco em anexo do Projeto de Lei Orçamentária 2019.

Anexo a solicitação da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Atenciosamente,


VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA – SP.

Projeto de Lei nº 073/2018 – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2019.

AFONSO LOPES DA SILVA, Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, vem respeitosamente à presença de V. Exa., requerer que seja expedido Ofício ao Executivo Municipal, a fim informar que o Anexo 2 do Orçamento da Receita para o Exercício de 2019 do Projeto em epígrafe encontra-se com equívocos na classificação referente à Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (Cód. 1.2.1.0.04.0.0.000), tendo em vista que houve modificação nos códigos de classificação da AUDESP, conforme cópias anexas.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 30 de novembro de 2018.

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA

Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

PROTOCOLO	
Nº de Ordem	1.854
Fls. Nº	010
Livro Nº	038
	03/12/2018
SECRETÁRIA	



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13910-027 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856
Jaguariúna- SP



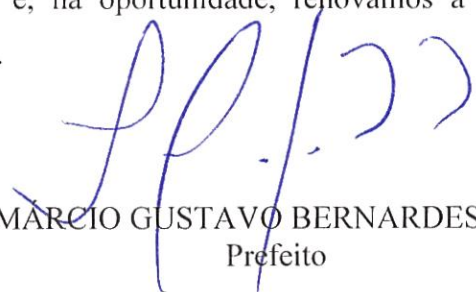
Ofício DER-nº 155/2018.

Jaguariúna, aos 04 de dezembro de 2018.


Senhor Presidente:

Por meio deste, em atenção ao Ofício nº 1006/2018-PRE, dessa Presidência, encaminhamos, anexo, ofício subscrito pelo Diretor Presidente do Fundo Jaguariúna Previdência, que possibilitará o acerto de equívocos na classificação referente à Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, no Projeto de Lei nº 073/2018 (Orçamento – LOA 2019).

Solicitamos escusas pelos equívocos e, na oportunidade, renovamos a Vossa Excelência nossos protestos de estima e consideração.


MÁRCIO GUSTAVO BERNARDES REIS
Prefeito

Excelentíssimo Senhor
VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
DD. Presidente da Câmara Municipal
NESTA

PROTOCOLO	
Nº de Ordem	1.865
Fls. Nº	012 Livro Nº 038
04/12/2018	
SECRETÁRIA	



Fundo Especial de Previdência Social
JAGUARIÚNA PREVIDÊNCIA

Rua Cel. Amâncio Bueno, 735 – Centro – Jaguariúna/SP – 13820-000
☎ (19) 3837-3517 / 3847-1225



Ofício JAGUARPREV nº 062/2017.

Jaguariúna, 04 de Dezembro de 2018

Prezada Senhora:
CRISTINA APARECIDA SERRA
DD. Secretária de Administração e Finanças
Prefeitura de Jaguariúna
NESTA

Ref.: Substituição do orçamento do exercício de 2019

Prezada Senhora:

Tem o presente a finalidade de encaminhar-lhe o conteúdo técnico da proposta de orçamento para o exercício de 2019, conforme Lei Complementar nº 209/2012, atualizado conforme sua Classificação, bem como com a inserção da fonte de recurso e código de aplicação.

Certa da compreensão, protestos de elevada estima e distinta consideração.


WAGNER FERREIRA DE BRITO

Diretor Presidente



**Fundo Especial de Previdência Social dos
Servidores Públicos do Município de Jaguariúna**

JAGUARIÚNA PREVIDÊNCIA

Rua Coronel Amâncio Bueno, nº 735 – Centro – Jaguariúna /SP – CEP 13820-000
Telefone: (19) 3837-3517 – (19) 3847-1225



**FICHA 2 – REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS – PRINCIPAL**

Classificação: 1.3.2.1.00.4.1

Fonte de Recurso: 04

Código de Aplicação: 110

A ficha 2 (dois) discrimina a remuneração dos investimentos do RPPS no segmento da renda fixa, contudo a partir de 2018 por determinação do Tribunal de Contas, os lançamentos deverão ser realizados na ficha extra orçamentária 9005 (Ganhos/Perdas de Investimentos – Variação Mensal).

Oportunamente quando da realização de resgate, o valor será contabilizado como receita orçamentária. Deste modo orçamos a ficha 2 (dois) em R\$ 6.790.000,00 (Seis milhões setecentos e noventa reais mil reais).

DESCRIÇÃO	VALOR
LANÇAMENTOS FICHA 9005 - MÉDIA 4 MESES	565.445,25
LANÇAMENTO X 12 MESES	6.785.343,00
VALOR APROXIMADO ORÇADO	6.790.000,00

**FICHA 3 – REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS – PRINCIPAL**

Classificação: 1.3.2.1.00.4.1

Fonte de Recurso: 04

Código de Aplicação: 110

A ficha 3 (três) discrimina a remuneração dos investimentos do RPPS no segmento da renda variável, contudo a partir de 2018 por determinação do Tribunal de Contas, os lançamentos deverão ser realizados na ficha extra orçamentária 9006 (Ganhos/Perdas de Investimentos – Variação Mensal).



**Fundo Especial de Previdência Social dos
Servidores Públicos do Município de Jaguariúna**

JAGUARIÚNA PREVIDÊNCIA

Rua Coronel Amâncio Bueno, nº 735 – Centro – Jaguariúna /SP – CEP 13820-000
Telefone: (19) 3837-3517 – (19) 3847-1225



**FICHA 5 – CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS -
MULTAS E JUROS**

Classificação: 1.2.1.8.01.1.2

Fonte de Recurso: 04

Código de Aplicação: 110

A ficha 5 (cinco) discrimina eventual multa referente à contribuição do servidor ativo. É impossível afirmar que haverá atraso no repasse da contribuição previdenciária, porém é prudente orçar um valor a exemplo do contido na Ficha anterior.

Orçamos a ficha 5 (cinco) em R\$ 1.000,00 (Um mil reais), com base no exercício de 2017.

**FICHA 6 – CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA
O RPPS - PRINCIPAL - INTRA OFSS**

Classificação: 7.2.1.8.0.3.1.1

Fonte de Recurso: 04

Código de Aplicação: 110

A ficha 6 (seis) discrimina a contribuição patronal, do ente federativo (Município de Jaguariúna) para o RPPS. Foi orçada em R\$ 11.300.000,00 (Onze milhões e trezentos mil reais) mediante o seguinte cálculo:

DESCRIÇÃO	VALOR
ARRECADADO REF. ABRIL 2018	827.356,66
ARRECADADO X 13 MESES ¹	10.755.636,58
PREVISÃO DE AUMENTO 5% EM 2019 ²	537.781,83
TOTAL (1 + 2)	11.293.418,41
VALOR APROXIMADO ORÇADO	11.300.000,00

¹ considera-se 13 meses em função do 13º

² utiliza-se o mês de abril, tendo em vista o reajuste já estabelecido



**Fundo Especial de Previdência Social dos
Servidores Públicos do Município de Jaguariúna**

JAGUARIÚNA PREVIDÊNCIA

Rua Coronel Amâncio Bueno, nº 735 – Centro – Jaguariúna /SP – CEP 13820-000
Telefone: (19) 3837-3517 – (19) 3847-1225



FICHAS DA DESPESA

A **despesa** para o exercício de 2019 foi estimada em **R\$ 6.561.000,00** (Seis milhões quinhentos e sessenta e um mil reais) e é composta por 6 fichas com valores representativos, conforme demonstrativo anexo e descrição abaixo.

Outrossim, informamos que as fichas da despesa não tiveram alterações em sua classificação (escrituração contábil) para o ano de 2019.

FICHA 1 – APOSENTADORIA

Classificação: 3.1.90.01.00

Fonte de Recurso: 04

Código de Aplicação: 110

A ficha 1 (um) orça o valor gasto com aposentadorias. Com efeito, no exercício de 2019, já teremos aposentadorias por invalidez, voluntárias e por idade concedidas.

De acordo com a Avaliação Atuarial 2018 página 45, foi prevista a despesa de R\$ 2.434.155,35 (Dois milhões quatrocentos e trinta e quatro mil cento e cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), englobando todos os tipos de aposentadorias. Assim convém orçar a ficha em R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais)

FICHA 2 – PENSÕES POR MORTE

Classificação: 3.1.90.03.00

Fonte de Recurso: 04

Código de Aplicação: 110

A ficha 2 (dois) orça o gasto com o pagamento de pensões por morte. Segundo a Avaliação Atuarial de 2018, página 46, está prevista a despesa em R\$



**Fundo Especial de Previdência Social dos
Servidores Públicos do Município de Jaguariúna**

JAGUARIÚNA PREVIDÊNCIA

Rua Coronel Amâncio Bueno, nº 735 - Centro - Jaguariúna /SP - CEP 13820-000
Telefone: (19) 3837-3517 - (19) 3847-1225



FICHA 5 - SALÁRIO MATERNIDADE

Classificação: 3.1.90.05.56

Fonte de Recurso: 04

Código de Aplicação: 110

A ficha 5 (cinco) orça o valor gasto com salário-maternidade. Estimou-se em R\$ 550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil reais), considerando os valores praticados de Janeiro a Abril de 2018.

DESCRIÇÃO	VALOR
PAGO ENTRE JANEIRO E ABRIL 2018	151.182,22
MÉDIA MENSAL (DIVIDIDO POR 4 MESES)	37.795,56
VALOR ANUAL ORÇADO	491.342,22
ATUALIZAÇÃO DE 5%	24.567,11
	515.909,33
VALOR APROXIMADO ORÇADO	550.000,00

** considera-se 13 meses, contando com o 13º benefício*

FICHA 6 - SERVIÇOS DE TERCEIROS

Classificação: 3.3.90.39.00

Fonte de Recurso: 04

Código de Aplicação: 110

A ficha 6 (seis) orça o valor gasto com serviços de terceiros (pessoas jurídicas). Mantemos o valor orçado em 2018, pois a Jaguariúna Previdência não conta com taxa de administração enquanto mantida a condição de fundo. **Estima-se em R\$ 10.000,00 (dez mil reais).**



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 073/2018

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTES DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE ao Projeto de Lei nº 073/2018.

Autoria: **EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO.**

Relator: **AFONSO LOPES DA SILVA**

Parecer: **FAVORÁVEL.**

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal o Projeto de Lei nº 073/2018 estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2019.

A Constituição Federal, no artigo 165 assevera que:

“Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

III - os orçamentos anuais.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

uu



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 073/2018

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.”

Por outro lado, a Lei Orgânica do Município dispõe que:

“Art. 63 - Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

X – propor à Câmara Municipal projetos de lei relativos ao plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, dívida pública e operações de crédito.”

“Art. 99 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão, com observância dos preceitos correspondentes da Constituição Federal:

III - os orçamentos anuais.

§ 3º - O orçamento anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal da administração direta municipal, incluindo os seus fundos especiais;

II - os orçamentos das entidades de administração indireta, inclusive das fundações instituídas pelo Poder Público Municipal;

III - o orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

CM.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 073/2018

IV - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculada, da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.”

Ainda, o Regimento Interno desta Câmara Municipal afirma que:

“Art. 261 - Leis de iniciativa privada do Poder Executivo estabelecerão:

III - os orçamentos anuais.

§ 3º - A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - orçamento da seguridade social.”

No mérito, o projeto estima RECEITA e fixa DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2019.

Consta na propositura que o Orçamento Geral do Município, para o exercício financeiro de 2019, estima receita e fixa despesa em R\$ 398.451.335,00 (trezentos e noventa e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e

W.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 073/2018

um mil, trezentos e trinta e cinco reais), da autarquia municipal Serviço de Água e Esgoto – SAE em R\$ 900,00 (novecentos reais) e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS em R\$ 41.851.000,00 (quarenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e um mil reais), totalizando R\$ 440.303.235 (quatrocentos e quarenta milhões, trezentos e três mil, duzentos e trinta e cinco reais), que foram discriminados nos anexos da Lei.

Ademais, assevera que a receita será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações contidas no projeto.

O orçamento anual foi desdobrado em Administração Direta (Receitas Correntes e Receitas de Capital) e Administração Indireta (Receitas Correntes e Receitas de Capital). Também foi discriminado por Programa de Trabalho e Natureza da Despesa em Administração Direta, por funções de Governo, entre: Legislativo, Judiciária, Administração, Segurança Pública, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Educação, Cultura, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Indústria, Transporte, Desporto e Lazer, Encargos Especiais e Reserva de Contingência. Bem como na Administração Indireta por funções do Governo por Saneamento.

Já por subvenções, na Administração Direta é dividida em Ação Legislativa, Ação Judiciária, Administração Geral, Administração Financeira,

W.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 073/2018

Controle Interno, Comunicação Social, Policiamento, Defesa Civil, Assistência ao Idoso, Assistência a Criança e ao Adolescente, Assistência Comunitária, Previdência do Regime Estatutário, Atenção Básica, Assistência Hospitalar e Ambulatorial, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Alimentação e Nutrição, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Ensino Infantil, Difusão Cultural, Infraestrutura Urbana, Serviços Urbanos, Transportes Coletivos Urbanos, Habitação Urbana, Saneamento Básico Urbano, Preservação e Conservação Ambiental, Promoção Industrial, Desporto Comunitário, Encargos Especiais, Reserva de Contingência – RPPS e Reserva de Contingência. Já na Administração Indireta consta por subfunção Saneamento Básico Urbano.

Por outro lado, por categoria econômica, na Administração Direta é dividido por Despesas Correntes, Despesas de Capital e Reserva de Contingência. Já na Administração Indireta foi separado por Despesas Correntes e de Capital.

Também foi apartado por órgão da Administração – Poder Legislativo, a Câmara Municipal; e no Poder Executivo, dividido entre Secretaria de Gabinete, Secretaria de Governo, Secretaria de Administração e Finanças, Controladoria Geral do Município, Secretaria de Negócios Jurídicos, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Obras e Serviços, Secretaria de Planejamento

W



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 073/2018

Urbano, Secretaria de Saúde, Secretaria de Turismo e Cultura, Secretaria Municipal de Segurança Pública, Secretaria de Mobilidade Urbana e Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais. E, por fim, na Administração Indireta, por órgão da Administração foi disposto o Serviço de Água e Esgoto.

O presente Projeto de Lei foi protocolado na Câmara Municipal na data de 28 de setembro de 2018, obedecendo ao disposto no artigo 99-A, §3º, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, que rege com os seguintes termos:

Art. 99-A – (...)

§3º O projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA será encaminhado à consideração da Câmara, até 30 (trinta) de setembro de cada ano e devolvido para sanção do Executivo até o final da Sessão Legislativa.”

No mais, o projeto que institui a LOA foi lido na Sessão do dia 02 de outubro de 2018, bem como foi enviado à Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade na data de 03 de outubro de 2018, em correspondência ao artigo 262 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Câmara Municipal.

A Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade também solicitou a convocação de Audiência Pública, tendo sido realizada na data de 22

W.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 073/2018

de novembro de 2018, na qual foi dada ampla publicidade e transparência sobre o presente projeto.

Porém, após realizadas reuniões pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade sobre a propositura em epígrafe, foram constatadas irregularidades e solicitada a expedição de Ofício ao Executivo Municipal informando que consta no Anexo 2 do Orçamento da Receita para o Exercício de 2019 equívocos na classificação referente à Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (Cód. 1.2.1.0.04.0.0.000), tendo em vista que houve modificação nos códigos de classificação da AUDESP.

Com este relatório, compete a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, na forma prevista pelo art. 262, §2º, do Regimento Interno, exarar parecer sobre o projeto de lei em epígrafe.

Verifica-se que a presente proposta veio acompanhada de todos os requisitos necessários para sua discussão e votação.

Com estas considerações o Projeto de Lei nº 73/2018 é legal, conveniente e oportuno.

Portanto, favorável é o parecer, *ad referendum* do Plenário.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 073/2018

Câmara Municipal de Jaguariúna, 04 de dezembro de 2018.

Pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade:

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente - Relator

VEREADOR CRISTIANO JOSÉ CECON
Vice - Presidente

VEREADOR LUIZ CARLOS DE CAMPOS
Secretário

LIDO EM SESSÃO
DE 04 / 12 / 2018
PRESIDENTE